

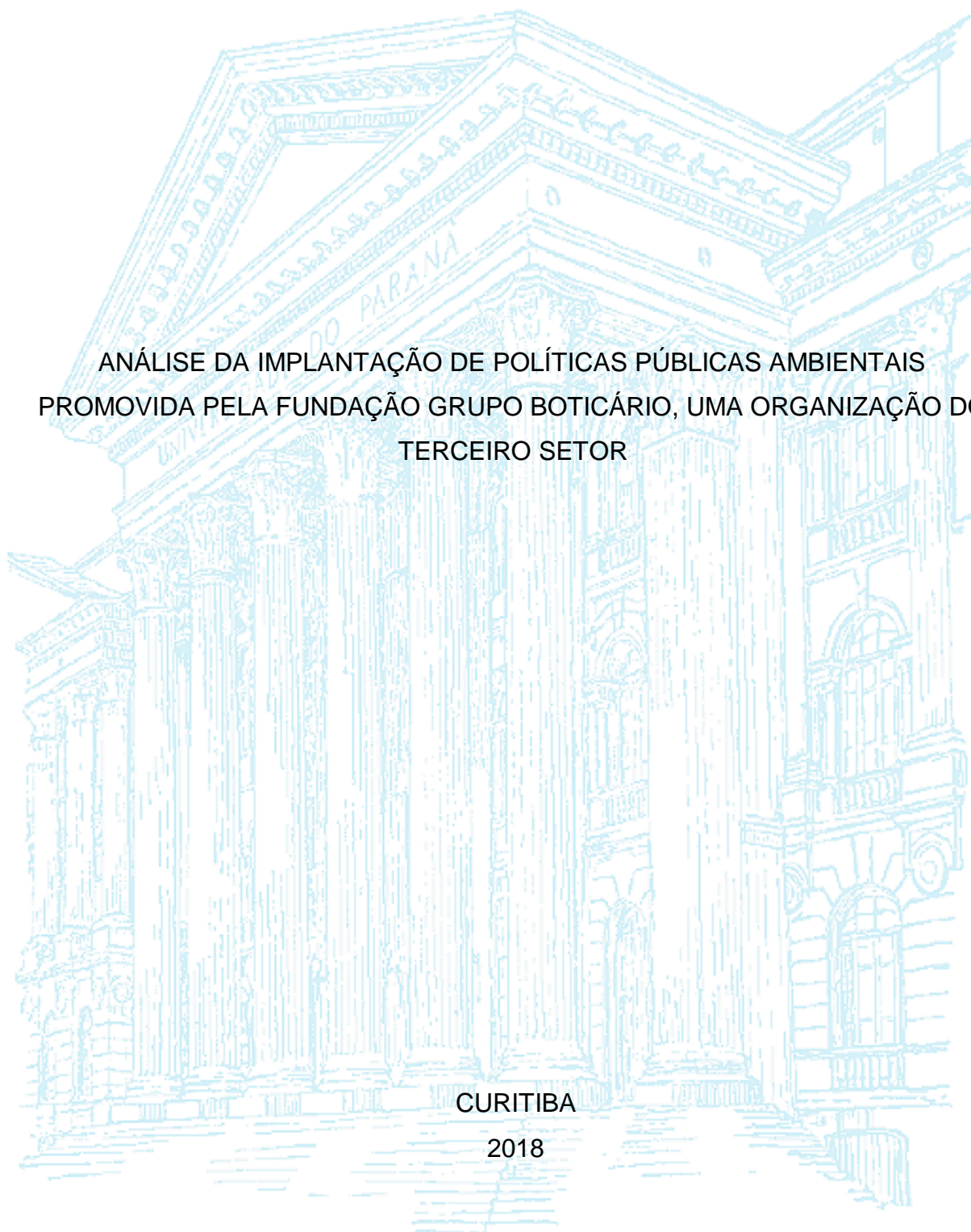
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

BEATRIZ DE BEM HIRANO

ANÁLISE DA IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS
PROMOVIDA PELA FUNDAÇÃO GRUPO BOTICÁRIO, UMA ORGANIZAÇÃO DO
TERCEIRO SETOR

CURITIBA

2018



BEATRIZ DE BEM HIRANO

**ANÁLISE DA IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS
PROMOVIDA PELA FUNDAÇÃO GRUPO BOTICÁRIO, UMA ORGANIZAÇÃO DO
TERCEIRO SETOR**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel, Curso de Ciências Biológicas, Setor de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. José Milton Andriguetto Filho
Coorientadora: Dra. Janaína Bumbeer

CURITIBA

2018

AGRADECIMENTOS

À toda a minha família pelo apoio e amor incondicional.

À minha mãe por nunca ter desistido de mim, por todo o apoio, compreensão, mimos, e tantas outras coisas, sem ela nada disso seria possível.

Ao Thiago, por toda a paciência, parceria, caronas, conversas, injeções de ânimo e principalmente por todo o cuidado sempre.

À todos os meus amigos pela compreensão das minhas ausências durante esse período maluco de faculdade.

À Aline, Bia, Marquinhos e Rêbe por serem minhas referências em momentos difíceis e por todo o amor e parceria nesses anos intermináveis de graduação.

Ao meu orientador, Andriquetto, por ter aceitado me orientar, pela paciência, pela orientação em si, mas acima de tudo pela confiança em mim depositada.

À Jana, por além de me orientar lindamente, me mostrar que a vida adulta pode ser muito divertida se eu me permitir.

À toda a equipe da Fundação Grupo Boticário por esses dois anos de muito aprendizado, parcerias e amizades.

À equipe *high performance* de Ciência e Conservação, Ka, Rob, Will, Jana e Emerson, por serem os melhores orientadores e profissionais com quem eu já trabalhei, mas acima disso, pela amizade que espero levar pra vida.

À Sêba, por todos os cafés, mas principalmente pela amizade e carinho.

Ao Grupo Boticário, por viabilizar o Programa de Estágio e por me fazer “sair da caixinha” e me apresentar ao mundo dos negócios.

Enfim, à todos os homens e mulheres de bem, muitíssimo obrigada!

RESUMO

As Unidades de Conservação passam por inúmeras dificuldades para sua implementação e cada vez mais a sociedade civil organizada e o governo buscam parcerias e assumem corresponsabilidades pelas ofertas e gestão de bens públicos. Neste sentido, esse trabalho objetiva avaliar a estratégia e influência da Fundação Grupo Boticário na formulação de políticas públicas ambientais, focando a criação e ampliação de Unidades de Conservação à partir da análise de documentos dos períodos 2009-2013 e 2014-2018 que refletem a eficácia das ações da organização. Os resultados indicam que maiores resultados de atuação em políticas públicas se dão à inserção dessa temática no planejamento estratégico institucional que ocorreu entre os anos de 2014 e 2018. Foram identificadas três principais estratégias utilizadas no segundo período: estratégia E1 (edital de apoio a projetos), E2 (E1 e entrega de ofício aos órgãos competentes) e E3 (E2 e reunião de apresentação de resultados ao poder público), além de ações complementares: reestruturação das linhas de apoio do edital, capacitação dos coordenadores dos projetos apoiados e regionalização do edital. Os resultados da adoção dessas estratégias foram a criação de 14 Unidades de Conservação, ampliação de duas e recategorização de uma. A análise dos resultados alinhados às estratégias mostrou que a sociedade civil tem um papel fundamental e deve seguir aprimorando sua atuação em políticas públicas para garantir a sua representatividade. Para tanto, é importante compreender a fundo os resultados decorrentes de cada estratégia adotada para o alcance de objetivos maiores.

Palavras-chave: Conservação, Unidades de Conservação, planejamento estratégico, gestão ambiental

ABSTRACT

Conservation Units face numerous difficulties in their implementation, and more and more organized civil society and government seek partnerships and assume co-responsibility for the offer and management of public goods. In this sense, this work aims to evaluate the strategy and influence of the Boticário Group Foundation in the formulation of environmental public policies, focusing on the creation and expansion of Conservation Units based on the analysis of documents from the 2009-2013 and 2014-2018 periods that reflect the effectiveness of the organization's actions. The results shown that greater results of action in public policies are given to the insertion of this theme in the institutional strategic planning that occurred in the second period. Three main strategies were identified in the second period: strategy 1 (call for proposals), strategy 2 (strategy 1 and submission of recommendation document to the competent agencies) and strategy 3 (strategy 2 and presentation of results to the public authority), as well as complementary actions: restructuring of the support lines of the call for proposals, qualification of the coordinators of the projects supported and regionalization of the call for proposals. The results of the adoption of these strategies were the creation of 14 Conservation Units, expansion of two and recategorization of one. The analysis of results aligned with the strategies showed that civil society has a fundamental role and should continue to improve its performance in public policies to ensure its representativeness. Therefore, it is important to understand in depth the results of each strategy adopted to reach higher objectives.

Key words: Conservation, protected areas, strategic planning, environmental management

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: DISTRIBUIÇÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO CRIADAS, AMPLIADAS OU RECATEGORIZADAS COM PARTICIPAÇÃO DA FUNDAÇÃO GRUPO BOTICÁRIO ENTRE 2014 E 2018, DESTAQUE PARA O OBJETO LEGAL DE PUBLICAÇÃO E A ESFERA ADMINISTRATIVA DA UC.....	21
FIGURA 2: NÚMERO DE RESULTADOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS ALCANÇADOS PELA FGB NOS BIOMAS MATA ATLÂNTICA, CAATINGA, CERRADO E MARINHO, POR MEIO DAS ESTRATÉGIAS E1 (EDITAL DE APOIO A PROJETOS), E2 (E1 MAIS ENTREGA DE OFÍCIO AOS ÓRGÃOS COMPETENTES) E E3 (E2 MAIS REUNIÃO DE APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS AO PODER PÚBLICO).....	24
FIGURA 3: NÚMERO DE RESULTADOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS ALCANÇADOS PELA FGB NAS ESFERAS ESTADUAL E FEDERAL, POR MEIO DAS ESTRATÉGIAS E1 (EDITAL DE APOIO A PROJETOS), E2 (E1 MAIS ENTREGA DE OFÍCIO AOS ÓRGÃOS COMPETENTES) E E3 (E2 MAIS REUNIÃO DE APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS AO PODER PÚBLICO)	25

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: RELAÇÃO DAS CATEGORIAS DE UCS CRIADAS E AMPLIADAS, QUANTIDADE DE UC E HECTARES PROTEGIDOS POR CATEGORIA.	20
TABELA 2: INSTITUIÇÕES RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO DOS PROJETOS QUE RESULTARAM EM PPS, NÚMERO DE PPS RELACIONADA A CADA INSTITUIÇÃO, E NÚMERO DE PROJETOS DA INSTITUIÇÃO QUE A FGB JÁ APOIOU DESDE 1991.....	23

LISTA DE ANEXOS

ANEXO I: DADOS LEVANTADOS A PARTIR DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DISPONIBILIZADOS PELA FUNDAÇÃO GRUPO BOTICÁRIO (2014-2018)	43
ANEXO II: LISTA DE PROJETOS APOIADOS PELA FUNDAÇÃO GRUPO BOTICÁRIO NOS EDITAIS REGIONAIS DO SEGUNDO SEMESTRE DE 2014-2017	46
ANEXO III: OFÍCIO ENVIADO PELA FUNDAÇÃO GRUPO BOTICÁRIO EM PARCEIRA COM O INSTITUTO DE ESTUDOS AMBIENTAIS MATER NATURA REFERENTE À CRIAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DE GUARICANA (PR).....	51

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AQUASIS - Associação de Pesquisa e Preservação dos Ecossistemas Aquáticos

BSC – *Based Scorecard*

CDB – Convenção sobre a Diversidade Biológica

CLP – *Conservation Leadership Programme*

CONABIO - Comissão Nacional para o Conhecimento e Uso da Biodiversidade

COP-10 - 10ª Conferência das Partes

ESEC – Estação Ecológica

FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

FGB – Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza

FLONA – Floresta Nacional

FNB – Fundação Neotrópica do Brasil

FUNARBE – Fundação Arthur Bernardes

FUNATURA - Fundação Pró-Natureza

HA - Hectare

IAP – Instituto Ambiental do Paraná

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Biodiversidade

IECOS - Instituto Ecos do Cerrado

IHP – Instituto Homem Pantaneiro

IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas

IR – Instituição Responsável

ME – Mapa Estratégico

ME1 - Mapa Estratégico 2009-2013

ME2 - Mapa Estratégico 2014-2018

MIB – Muriqui Instituto de Biodiversidade

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MONA – Monumento Natural

Naturatins - Instituto Natureza do Tocantins

ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PAN – Plano de Ação Nacional

PARNA – Parque Nacional

PE – Parque Estadual

PGR – Procuradoria Geral da República

PP – Política Pública

REVIS – Refúgio de Vida Silvestre

RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural

RT – Responsável Técnico

SECIMA-GO - Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos de Goiás

SEMA-CE – Secretaria de Meio Ambiente do Ceará

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

SOS MA – Fundação SOS Mata Atlântica

SPVS – Sociedade de Pesquisa em Vida Silvestre e Educação Ambiental

UC – Unidade de Conservação

UFT – Universidade Federal do Tocantins

WWF – *World Wide Found for Nature*

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. OBJETIVOS	14
2.1 Objetivo geral	14
2.2 Objetivos específicos	14
3. METODOLOGIA.....	15
4. RESULTADOS	17
5. DISCUSSÃO	26
6. REFERÊNCIAS	35
7. ANEXOS	43

1. INTRODUÇÃO

O Brasil é um dos países mais ricos do mundo ao que diz respeito à megadiversidade (MITTERMEIER *et al.*, 2005). Em um país de dimensões continentais, é papel do Estado, definido pelo preâmbulo de sua Constituição Federal de 1988, assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça - incluindo a sustentabilidade e a proteção do meio ambiente, este previsto no Artigo 225:

“Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.” (BRASIL, 1988).

Para assegurar a efetividade desse direito, uma das formas citadas na Constituição é a definição de espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão de vegetação permitidas somente através de lei e, ainda, é vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção (BRASIL, 1988). As áreas protegidas são o principal instrumento utilizado para a conservação dos recursos naturais, são a base da conservação da biodiversidade e prezam pelos recursos tanto naturais quanto culturais da região (WELLS *et al.* 2016).

No Brasil, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), instituído pela Lei nº 9.985 de 2000, concentra os procedimentos oficiais para criação, implementação e gestão das Unidades de Conservação (UCs), atribuídas às diferentes esferas governamentais administrativas, bem como à iniciativa privada. A padronização das categorias de UC e o envolvimento das três esferas de governo na gestão e implementação do SNUC possibilitam que as diversas ações voltadas à conservação ambiental converjam para um objetivo comum (MMA, 2011). Após a publicação do SNUC, a primeira categoria de UC regulamentada por decreto (Decreto nº 5.746 de 5 de abril de 2006) foi a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), categoria essa de base privada e que integra a sociedade civil com o poder público (AYALA, 2010).

Ainda assim, as Unidades de Conservação passam por inúmeras dificuldades para sua implementação, entre elas estão: a regularização fundiária, falta de funcionários, falta de infraestrutura e falta de elaboração ou atualização do plano de manejo; todos estes relacionados a insuficiência de investimento. (MAGANHOTTO *et*

al., 2014). A grande maioria das áreas protegidas permanece ainda em estado incipiente de implementação devido à falta de investimentos (JAMES *et al.*, 1999; WILKIE *et al.*, 2001; HESS *et al.*, 2006; WILSON *et al.*, 2009). Este problema é mais visível nos países em desenvolvimento, justamente os que abrigam a maior parte da biodiversidade e dos serviços ambientais do planeta (JENKINS & JOPPA, 2009). Um exemplo da falta de investimento público é o recurso financeiro destinado a esse fim, um dos menores entre os órgãos federais e que em 2008 recebeu 0,2% do orçamento. Entretanto, de 2000 a 2011, enquanto a área total coberta por UCs federais aumentou em 83%, o investimento por hectare protegido foi reduzido em 40%. Assim, as áreas sob conservação aumentam, mas os recursos para mantê-las diminuem (ARNT, 2016).

No regime democrático de direito, com o sistema de separação dos três poderes e do presidencialismo de coalizão vigente, há uma série de instâncias e alçadas na tomada de decisão - que passam por deputados estaduais, federais, senadores, frentes parlamentares, governadores, secretários de governo, ministros e seus assessores. Esta burocracia e os processos legislativos tendem a tornar mais lenta a tomada de decisão e a formulação de políticas públicas que favoreçam, por exemplo, a causa da conservação da natureza.

As políticas públicas podem ser vistas como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos (LYNN, 1980), como normativas, leis, decretos ambientais. Complementarmente, o termo Políticas Públicas diz respeito ao processo em que diferentes grupos, divergentes em seus interesses, tomam decisões coletivas a fim de direcionar a sociedade (RODRIGUES, 2010). Por ter sua repercussão na economia e nas sociedades, qualquer teoria da política pública precisa considerar e “explicar as inter-relações entre Estado, política e sociedade” (SOUZA, 2006).

Embora essenciais, há diversas demandas que não são plenamente atendidas pelo governo brasileiro. Atores privados, como por exemplo, entidades do terceiro setor, são aqueles que têm poder para direcionar a formatação das políticas e exercer influências sobre os agentes públicos (DA SILVA *et al.*, 2017), reivindicando ações e influenciando o governo sobre as decisões políticas relacionadas às causas que julgue prioritárias.

Neste sentido, a atuação do terceiro setor ganha força ocupando com eficácia lacunas deixadas pelo Estado. Cada vez mais, a sociedade civil organizada e o governo buscam parcerias e assumem corresponsabilidades pelas ofertas e gestão

de bens públicos (MATTOS *et al.*, 2005). Ao que diz respeito às políticas públicas ambientais, as Organizações Não Governamentais (ONGs) atuam como intermediárias, unindo a comunidade acadêmica que desenvolve pesquisas científicas em conservação e a sua aplicação vezes executada pelo governo, corporações e indústrias. (MAGANHOTTO *et al.*, 2014).

Apesar de executar um papel tão importante, as atuações do terceiro setor em questões ambientais e conservacionistas ainda são pouco exploradas e estudadas frente ao enorme potencial de impacto na conservação que o Brasil possui. Exemplos de instituições relevantes nesse aspecto são da Fundação SOS Mata Atlântica, que atua com a missão de inspirar a sociedade na defesa do bioma Mata Atlântica, transformando valores e atitudes (SOS MA¹, 2004); Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS), cuja missão é trabalhar pela conservação da natureza, através da proteção de áreas nativas, de ações de educação ambiental e do desenvolvimento de modelos para o uso racional dos recursos naturais (SPVS, 2013); e a Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza (FGB), que atua com a missão de “promover e realizar ações de conservação da natureza”. (FGB¹, 2015).

A FGB é a organização foco deste estudo por ter autonomia financeira garantida por sua mantenedora, o Grupo Boticário, o que permite à organização elaborar planejamentos de longo prazo e estruturar sua atuação em estratégias que considere efetivas, sem influência de financiadores. Esta realidade difere, e muito, de outras organizações conservacionistas nacionais. A FGB foi criada em 1990 com o objetivo de proteger a natureza, sendo uma das primeiras instituições no Brasil voltadas à conservação da natureza e ligadas à iniciativa privada. Seu modelo de gestão é pautado na gestão por processos, que relaciona as atividades de acordo com a cadeia de valor da instituição (FGB¹, 2015).

O planejamento estratégico é uma ferramenta de gestão de organizações e tem como foco articular políticas e estratégias organizacionais visando o alcance de metas que, por sua vez, são desenhadas alinhadas à missão e visão organizacionais (REZENDE, 2008). A metodologia *Balanced Scorecard* (BSC) utilizada para o modelo de gestão por processos adotada pela FGB procura incorporar, a partir de uma visão holística, os conceitos de Organização orientada para a estratégia e principalmente a tradução da visão e missão em objetivos estratégicos mensuráveis e de fácil entendimento pelos colaboradores da organização (HERRERO, 2005). Criada para funcionar como um sistema de mensuração, a metodologia se mostrou uma eficiente ferramenta de gestão estratégica, capaz de implementar a estratégia organizacional

de forma mais eficaz (BRUM, 2004). A principal ferramenta da metodologia BSC são os mapas de conexões de causa e efeito, chamados de “Mapas Estratégicos” (ME), que buscam traduzir enunciados estratégicos genéricos em objetivos, indicadores e metas específicas (KAPLAN & NORTON, 2004).

Na FGB, a cada cinco anos são definidas as ações previstas para o período, concentradas no ME da instituição. Estas ações são desenhadas para garantirem a entrega dos resultados esperados, tendo como foco a sintonia com a missão (finalidade da organização, “Promover e realizar ações de conservação da natureza”), e visão institucional (idealização de um futuro esperado, reestruturada à cada Mapa Estratégico). A construção dessas ações, metas e indicadores é feita por equipes multidisciplinares de funcionários da própria FGB, suas formações são nas áreas de Administração, Ciências Contábeis, Biologia, Engenharia Florestal, Engenharia Ambiental, Geografia, Marketing e Jornalismo.

No período entre 2009 e 2013, a Fundação Grupo Boticário planejou suas atividades com a visão “A sociedade brasileira sensibilizada para a conservação da natureza, reconhecendo-a como uma das causas mais relevantes para o mundo”. Para isto, a instituição focou sua atuação no apoio a ações de conservação por terceiros (por meio de seus editais), administração de suas Reservas Particulares do Patrimônio Natural e suas ações de comunicação (FGB, 2018).

No quinquênio seguinte (2014-2018), a instituição adotou um novo Mapa Estratégico e planejou suas atividades com a visão: “A conservação da natureza ganha relevância na sociedade e nas políticas públicas do Brasil”. Neste momento, a instituição adotou formalmente a articulação para políticas públicas como um dos pilares de sua estratégia. Entre os principais produtos esperados estavam o auxílio à elaboração e fortalecimento de normativas legais para a proteção de espécies e ecossistemas terrestres e marinhos, a consolidação de benefícios gerados por UCs, a criação e fortalecimento do SNUC (FGB, 2018).

Apesar da mudança de foco para atuação em políticas públicas e do esforço visando a criação e ampliação de UCs, nunca houve uma análise sistemática dos resultados para avaliar a eficiência da mudança de estratégia da FGB. Portanto, este trabalho teve como objetivo avaliar a estratégia e influência de uma ONG na formulação de políticas públicas ambientais relacionadas à criação e ampliação de UCs, tendo como objeto de estudo a Fundação Grupo Boticário.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Avaliar a estratégia e influência da Fundação Grupo Boticário na formulação de políticas públicas ambientais, focando a criação, ampliação e recategorização de Unidades de Conservação.

2.2 Objetivos específicos

- Compreender os avanços na utilização de ferramentas de gestão adotadas pela Fundação Grupo Boticário entre os planejamentos institucionais dos períodos de 2009-2013 e 2014-2018;
- Avaliar a eficiência das estratégias adotadas pela FGB em termos de resultados efetivos de políticas públicas no período de 2014-2018, considerando diferentes aspectos tais como esfera de governo, unidade federativa, bioma, hectares protegidos, categoria de UC e áreas prioritárias.

3. METODOLOGIA

O presente estudo foi realizado com base na análise dos documentos disponibilizados pela Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza visando a identificação de indicações de criações, ampliações e recategorizações de Unidades de Conservação. Além dos dois Mapas Estratégicos, também foram analisados onze relatórios anuais de atividades (referentes aos anos de 2008-2017), 165 relatórios técnicos de projetos apoiados pela instituição e 57 Análises periódicas internas. Foram analisadas as estratégias que levaram à implementação e fortalecimento de políticas públicas ambientais já existentes por meio da criação, ampliação e recategorização de Unidades de Conservação. Para fins práticos metodológicos, essas três ações citadas serão chamadas genericamente de ações de políticas públicas (PPs).

Os relatórios anuais são documentos que sintetizam todas as atividades executadas e resultados obtidos durante o período. Estes relatórios são publicados no site da instituição no ano seguinte ao período relatado. Os relatórios técnicos são provenientes dos projetos apoiados financeiramente pela FGB, e sintetizam os resultados obtidos durante a execução do projeto.

Os Mapas Estratégicos fazem parte das ferramentas de Planejamento estratégico, utilizadas para a definição e controle das ações previstas para o período de cinco anos. A partir desse planejamento macro, as estratégias são desenvolvidas em objetivos específicos, seus respectivos indicadores e metas visando o alcance de tais objetivos. Os documentos de Análise periódica interna são preenchidos mensalmente pela equipe de gestão dos projetos como uma das formas de monitoramento de performance do “Programa de apoio a ações de conservação”, analisando o alcance das metas e indicadores estabelecidos para o período. Essas metas e indicadores são estabelecidos previamente, direcionados pelo Mapa Estratégico institucional.

Foram levantados os resultados e comparadas as estratégias adotadas durante a vigência de dois mapas estratégicos executados em períodos distintos pela FGB, a saber, o Mapa Estratégico 1 (ME1) vigente entre 2009-2013, e o Mapa Estratégico 2 (ME2), vigente entre 2014-2018.

Para o ME1 foram analisados os relatórios anuais do período e os relatórios técnicos dos projetos apoiados durante a vigência do mapa. Para este mapa, os documentos de análises periódicas internas não foram considerados, pois a atuação em políticas públicas não estava contemplada na visão institucional do período e,

consequentemente, não haviam indicadores e metas desenhados para o monitoramento das ações consideradas para este estudo (criação, ampliação e recategorização de UCs).

Para o ME 2014-2018, dois objetivos estratégicos foram considerados para o estudo: “Promover políticas públicas de conservação” e “Contribuir para a criação e implementação de UCs de Proteção Integral, RPPNs e melhoria de status de espécies e ecossistemas ameaçados”. Foram utilizados os dados das Análises periódicas internas, do período 2014-2018, para o levantamento das ações de PPs influenciadas pela FGB. Com base nesses dados, foram analisados os relatórios dos projetos relacionados às ações de políticas públicas identificadas. Para cada área protegida estabelecida com apoio da FGB foram levantados os dados de: esfera (se municipal, estadual ou federal); bioma (Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pantanal e Pampa); investimento (total investido em real e total investido em dólar), hectares protegidos (número total de hectares protegidos devido criação ou ampliação de UC), municípios (municípios em que a política pública foi implementada), objeto legal de publicação (Decreto e Portaria) e instituições parceiras (instituições responsáveis pela execução do projeto) e número de projetos apoiados pela FGB,

A Instituição Responsável (IR) responde pela representação jurídica do projeto por meio do seu representante legal. Os principais critérios de elegibilidade destas são que sejam pessoas jurídicas, sem fins lucrativos, com cadastro ativo há pelo menos um ano na data de fechamento do edital e ausência de pendências contratuais em projeto já apoiado pela FGB.

A partir dos levantamentos realizados, foi feita uma análise crítica considerando as transversalidades das iniciativas, ou seja, os diferentes modos como as iniciativas se complementam e suas sinergias; inversamente, quais as particularidades que parecem relevantes para o sucesso ou insucesso e que permitem aprendizado com as ações; quais os principais obstáculos, desafios e dificuldades para a formulação e implantação das PPs; quais os pontos fortes e quais as oportunidades de melhoria dessa estratégia; e como foram as interações com o poder público e com as comunidades.

Finaliza-se então elencando as lições aprendidas e recomendações sobre o que deveria ser aprimorado pela própria FGB e por outras instituições que atuam nesse âmbito para melhorar esse tipo de trabalho e, portanto, para a gestão ambiental, mais especificamente gestão da conservação e planejamento estratégico institucional.

4. RESULTADOS

A comparação entre os Mapas Estratégicos mostrou que o ME1 (2009-2013) destaca o direcionamento institucional, voltado à sociedade, em ampliar a visibilidade e noção de importância das questões relacionadas à conservação da natureza. Por não ter o tema políticas públicas explícito na visão de futuro institucional para o período, não haviam indicadores que monitorassem especificamente essas ações, portanto, a única estratégia de atuação utilizada com potencial de entrega de resultados em PPs foi através dos Editais de apoio a projetos, chamada aqui de Estratégia 1. Nesses editais o formato de recebimento de propostas era por demanda espontânea e a FGB atuava como “patrocinadora” fornecendo aporte financeiro aos projetos. Contratualmente eram firmadas responsabilidades de ambas as partes. Ao beneficiário do patrocínio cabia a execução do projeto em si, contemplando todas as atividades previstas e, semestralmente, o envio de relatórios técnicos e financeiros reportando as ações e gastos do período. Tais relatórios eram analisados pela equipe da FGB, que avaliava se as atividades estavam sendo executadas conforme previstas, considerando também o componente financeiro, mas sem maiores direcionamentos.

As linhas temáticas dos editais de patrocínio nesse período eram:

- 1) Criação e Manejo de UCs
- 2) Conservação de espécies e Comunidades Silvestres em Ecossistemas Naturais
- 3) Políticas voltadas à Conservação de Ecossistemas Naturais
- 4) Prevenção e controle de espécies invasoras
- 5) Regeneração de Ecossistemas Naturais
- 6) Vulnerabilidade, Impacto e Adaptação de espécies e ecossistemas às mudanças climáticas

Durante a vigência do ME1, a análise dos resultados indicou desdobramento em apenas uma ação de PP, a criação do Parque Nacional Marinho das Ilhas dos Currais, no Paraná (bioma Marinho) em 2013, abrangendo uma área de 1.359,70 hectares, com investimento de R\$ 57.063,61 em um projeto patrocinado que teve como Instituição Responsável a Associação MarBrasil, uma ONG com atuação local no estado do Paraná e estados vizinhos.

A partir de 2014, observou-se no ME2 o foco na identificação de oportunidades estratégicas para ampliar o conhecimento científico gerado pelos projetos apoiados no

cumprimento e formulação de políticas públicas para a conservação da biodiversidade. Tal mudança traz também a transformação da relação da FGB com os projetos, saindo do papel de apenas patrocinadora para o de apoiadora, atuando nas articulações de possíveis direcionamentos dos resultados dos projetos. Os resultados das ações em PPs do ME2 evidenciaram três formatos principais de estratégias de atuação: (E1) somente apoio à projetos (parte do Programa de Apoio à ações de Conservação por meio de editais semestrais), (E2) apoio à projetos e encaminhamento de ofício com recomendações técnicas aos órgãos competentes, e (E3) apoio a projetos, encaminhamento de ofício e realização de reunião integrando pesquisadores e poder público (ação com periodicidade anual integrando a comunidade científica e poder público).

As novas linhas temáticas dos editais adotadas nesse período foram:

- 1) Unidades de Conservação de Proteção Integral e RPPNs: Criação, ampliação e execução de atividades prioritárias de seus Planos de Manejo;
- 2) Espécies ameaçadas: execução de ações prioritárias dos Planos de Ação Nacional (PAN) para espécies e ecossistemas e definição de status de ameaça;
- 3) Ambientes Marinhos: estudos, ações e ferramentas para proteção e redução da pressão sobre a biodiversidade marinha;
- 4) Políticas Públicas: construção e implementação de mecanismos legais para fiscalização e proteção da biodiversidade, consolidação de áreas protegidas e parcerias para conservação.

Além da reestruturação das linhas temáticas, dentro da E1, métodos complementares de fortalecimento das estratégias foram adotados a fim de intensificar os resultados dos projetos: regionalização de um dos editais anuais e Encontro de Agente de Conservação.

A regionalização do edital foi adotada pela FGB para alavancar resultados de impacto positivo em conservação da natureza em biomas prioritários. A partir de 2014, o edital do 2º semestre passou a ser direcionado, a cada edição, a biomas específicos, como listado a seguir: 2014, Floresta com Araucárias, Campos Sulinos e Pampa (15 projetos aprovados); 2015, Ambientes costeiros e Marinho (14 projetos aprovados); 2016, Caatinga e Cerrado (13 projetos aprovados); 2017, Pantanal e áreas úmidas (11 projetos aprovados); 2018, novamente Ambientes costeiros e Marinho (processo de

seleção dos projetos ainda em andamento no momento de redação desse trabalho). A lista com os projetos apoiados por bioma apoiados a partir da estratégia de regionalização dos editais regionais consta no Anexo II.

Os Encontros de Responsáveis Técnicos (RTs) foram reuniões com periodicidade anual organizadas pela FGB com os coordenadores dos projetos apoiados, não só com a finalidade de aproximação do pesquisador à instituição apoiadora, mas também como forma de introdução do RT à temática de PPs ambientais e suas potenciais transformações.

Na E2 os resultados de projetos desenvolvidos em uma mesma região ou bioma de interesse foram analisados de acordo com seu potencial de desdobramento em PP. A partir dessa informação foram elaborados, junto aos seus coordenadores, ofícios traduzindo as informações técnicas das pesquisas em recomendações e ações práticas aos órgãos públicos competentes. Um exemplo da E2 foi o ofício enviado (ANEXO III) em julho de 2014, em parceria Fundação Grupo Boticário e Mater Natura, para a então Ministra do Meio Ambiente, referente à criação do Parque Nacional de Guaricana abrangendo os municípios de São José dos Pinhais, Guaratuba e Morretes (PR). O documento foi encaminhado com cópia também ao então Diretor do Departamento de Áreas Protegidas (MMA), Diretor de Criação e Manejo de Unidades de Conservação (ICMBio) e o Coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista. O decreto de criação do PARNA foi publicado em 13 de outubro de 2014.

Enquanto na E2 a interação entre poder público, pesquisador e sociedade civil organizada é mais distante, na E3 é criada uma maior interface entre os atores a partir de reuniões presenciais, aumentando o espaço para diálogo. Em 2016, por exemplo, a FGB organizou um evento de apresentação de resultados ao Poder Público, mais especificamente, à Procuradoria Geral da República (PGR). Foi realizado em 25 de outubro de 2016 no Memorial da PGR em Brasília e teve como objetivo apresentar recomendações de projetos apoiados pela FGB para a conservação dos biomas Caatinga e Cerrado, com foco de espécies de aves ameaçadas e com potencial de espécies guarda-chuva para os biomas. Estavam presentes nessa reunião representantes das ONGs: Associação de Pesquisa e Preservação dos Ecossistemas Aquáticos (AQUASIS), Fundação Pró-Natureza (FUNATURA), Instituto Ecos do Cerrado (IECOS), Instituto Terra Brasilis; representantes da academia: Universidade Federal do Tocantins (UFT), governo federal e governos estaduais: Ministério do Meio Ambiente (MMA), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio),

Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins), Secretaria de Meio Ambiente do Ceará (SEMA-CE) e Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos de Goiás (SECIMA-GO), além de procuradores federais das regiões abordadas nos projetos e da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão da PGR. Parte dos desdobramentos das contribuições dessa ação específica são a ampliação do Parque Nacional Chapada dos Veadeiros em Goiás e a criação do Refúgio de Vida Silvestre Periquito Cara Suja no Ceará, ambas UCs na Caatinga.

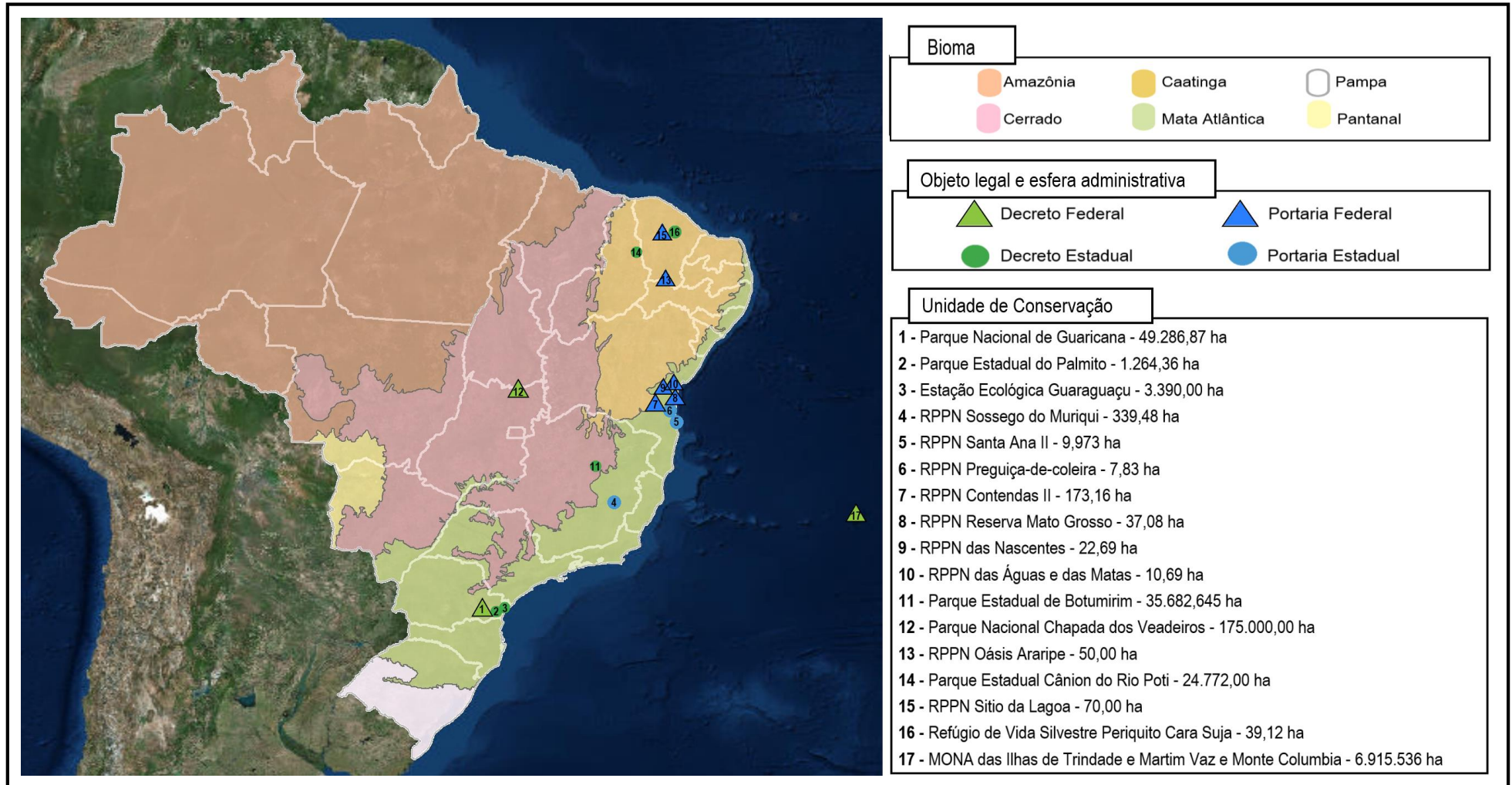
Como resultados do ME2 foram identificadas 17 ações de PPs que contribuíram com a criação e ampliação de UCs (Figura 1). A maior concentração de ações ocorreu no bioma Mata Atlântica (dez), seguido dos biomas Caatinga (quatro), Cerrado (duas) e Marinho (uma). As ações estão compreendidas em seis categorias de UCs, sendo elas: Estação Ecológica (ESEC), Monumento Natural (MONA), Parque Estadual (PE), Parque Nacional (PARNA), Refúgio de Vida Silvestre (REVIS) e Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) (Tabela 1). Essas UCs abrangem um total de 7.207.023,91 hectares protegidos. Desses, mais que 6 milhões de hectares referem-se à categoria MONA, o que se deve à criação da MONA das Ilhas de Trindade e Martim Vaz e do Monte Columbia.

TABELA 1: RELAÇÃO DAS CATEGORIAS DE UCS CRIADAS E AMPLIADAS, QUANTIDADE DE UC E HECTARES PROTEGIDOS POR CATEGORIA.

Categoria de UC	Número de UCs	Área (ha)
Refúgio de Vida Silvestre	1	39,12
Reserva Particular do Patrimônio Natural	9	720,90
Estação Ecológica	1	3.390,000
Parque Estadual	3	61.719,00
Parque Nacional	2	224.987,87
Monumento Natural	1	6.915.356,11
Total	17	7.207.023,91

Organização: a autora (2018).

FIGURA 1: DISTRIBUIÇÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO CRIADAS, AMPLIADAS OU RECATEGORIZADAS COM PARTICIPAÇÃO DA FUNDAÇÃO GRUPO BOTICÁRIO ENTRE 2014 E 2018, DESTAQUE PARA O OBJETO LEGAL DE PUBLICAÇÃO E A ESFERA ADMINISTRATIVA DA UC.



Fonte: a autora & Willian Almeida (2018).

O total de recurso investido em projetos e iniciativas que tiveram esse desdobramento foi de R\$ 2.752.726,03. Deste montante, R\$ 1.248.545,65 foram de investimentos em iniciativas no bioma Caatinga, R\$ 1.149.692,63 na Mata Atlântica, R\$ 246.264,92 no Cerrado e R\$ 108.222,89 no bioma Marinho.

Os projetos que embasaram as ações de PPs foram executados por 12 Instituições Responsáveis (IRs). Considerando o histórico de projetos que a FGB já apoiou para cada instituição, as que tiveram mais projetos apoiados foram o Mater Natura Instituto de Estudos Ambientais (OSCIP, sediada em Curitiba/PR com forte atuação local, mas podendo vir a ter representações em qualquer parte do território nacional e internacional para melhor atender a seus objetivos, conforme previsto em seu Estatuto Social) e a Funatura - Fundação Pró-Natureza (com sede e foro em Brasília/DF) , seguidas da Associação de Pesquisa e Preservação de Ecossistemas Aquáticos – Aquasis (sediada em Caucaia/CE com atuação local no estado) (Tabela 2).

TABELA 2: INSTITUIÇÕES RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO DOS PROJETOS QUE RESULTARAM EM PPS, NÚMERO DE PPS RELACIONADA A CADA INSTITUIÇÃO, E NÚMERO DE PROJETOS DA INSTITUIÇÃO QUE A FGB JÁ APOIOU DESDE 1991.

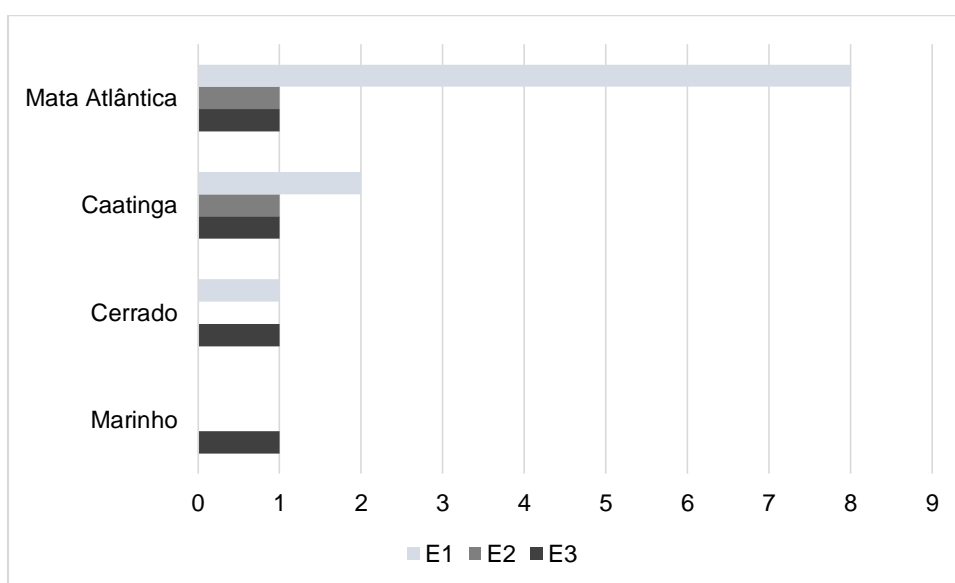
Instituição Responsável	Município/UF da sede da Instituição	Âmbito de atuação	Nº de ações de Políticas Públicas	Nº de projetos apoiados pela FGB
Instituto Ynamata	Uruçuca/BA	Litoral sul da Bahia	6	3
Aquasis - Associação de Pesquisa e Preservação de Ecossistemas Aquáticos	Caucaia/CE	Ceará	2	14
Associação Amigos do Museu Nacional	Rio de Janeiro/RJ	Nacional	2	7
Associação Ambiental Voz da Natureza	Vitória/ES	Espírito Santo	2	6
Instituto de Estudos sobre a Biodiversidade Marinha da Zona Costeira Brasileira	Rio de Janeiro/RJ	Biomass Costeiros e Marinho	2	2
Mater Natura Instituto de Estudos Ambientais	Curitiba/PR	Nacional, mas principalmente no Paraná	1	21
Fundação Pró-Natureza - Funatura	Brasília/DF	Nacional, mas com ênfase nos biomas Cerrado e Pantanal	1	21
Pequi - Pesquisa e conservação do Cerrado	Brasília/DF	Tocantins	1	11
Fundação Arthur Bernardes - FUNARBE	Viçosa/MG	Nacional	1	9
Instituto de Pesquisas Cananéia	Cananéia/SP	Nacional	1	8
SAVE Brasil - Sociedade para a conservação das aves do Brasil	Pinheiros/SP	Nacional	1	8
Sociedade Chauá	Curitiba/PR	Nacional, mas principalmente no Paraná	1	7
Associação Caatinga	Fortaleza/CE	Bioma Caatinga	1	6
Muriqui Instituto de Biodiversidade - MIB	Caratinga/MG	Minas Gerais	1	1
Mülleriana: Sociedade Fritz Müller de Ciências Naturais	Curitiba/PR	Nacional, mas principalmente no Paraná	1	1

Organização: a autora (2018).

Quanto às estratégias identificadas no ME2, a E1 se fez presente em 11 ações de PPs, a E2 em apenas duas e a E3 em quatro ações (Figura 2). No bioma Mata Atlântica, das 10 ações de PP, oito foram decorrentes da E1 (criação das RPPNs Santa Ana II, das Águas e das Matas, das Nascentes, Reserva Mato Grosso, Preguiça-de-coleira, Contendas II e Sossego do Muriqui e ampliação da Estação Ecológica Guaraguaçu), uma pela E2 (criação do Parque Nacional Guaricana) e uma pela E3 (recategorização de Floresta Nacional para Parque Estadual do Palmito).

Na Caatinga, duas ações de PP foram alcançadas por meio da E1 (criação das RPPNs Oásis Araripe e Sítio da Lagoa), uma pela E2 (criação do Parque Estadual Cânion do Rio Poti) e uma pela E3 (Criação do Refúgio de Vida Silvestre Periquito Cara-Suja). O Cerrado teve um resultado por meio da E1 (Criação do Parque Estadual de Botumirim) e um pela E3 (Ampliação do Parque Nacional Chapada dos Veadeiros). Já no bioma Marinho, a ação de PP foi proveniente da estratégia E3.

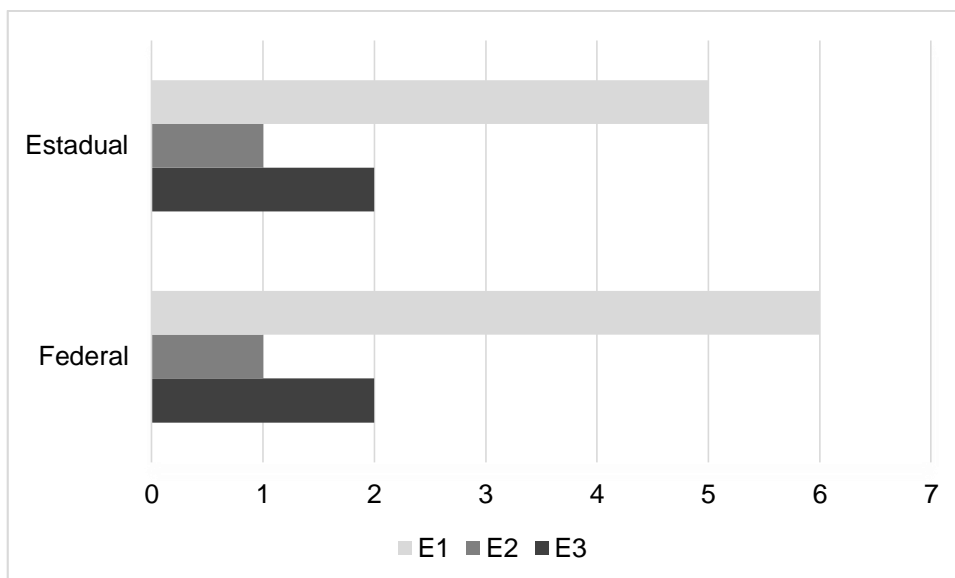
FIGURA 2: NÚMERO DE RESULTADOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS ALCANÇADOS PELA FGB NOS BIOMAS MATA ATLÂNTICA, CAATINGA, CERRADO E MARINHO, POR MEIO DAS ESTRATÉGIAS E1 (EDITAL DE APOIO A PROJETOS), E2 (E1 MAIS ENTREGA DE OFÍCIO AOS ÓRGÃOS COMPETENTES) E E3 (E2 MAIS REUNIÃO DE APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS AO PODER PÚBLICO)



Fonte: a autora (2018).

Dentre as 17 ações de PP, oito foram em instâncias estaduais - nas unidades federativas da Bahia, Ceará, Minas Gerais, Piauí e Paraná - e nove foram tramitadas em esfera federal. Tanto na esfera estadual quanto federal, a E1 foi a que resultou em mais PP, seguida da E3 (Figura 3).

FIGURA 3: NÚMERO DE RESULTADOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS ALCANÇADOS PELA FGB NAS ESFERAS ESTADUAL E FEDERAL, POR MEIO DAS ESTRATÉGIAS E1 (EDITAL DE APOIO A PROJETOS), E2 (E1 MAIS ENTREGA DE OFÍCIO AOS ÓRGÃOS COMPETENTES) E E3 (E2 MAIS REUNIÃO DE APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS AO PODER PÚBLICO)



Fonte: a autora (2018).

Alguns projetos patrocinados durante o ME1 tiveram seus desdobramentos consolidados durante a vigência do ME2, incorporados à E3 com projetos mais atuais e levados ao poder público: a criação do PARNA de Guaricana, a Ampliação do PARNA Chapada dos Veadeiros, a Recategorização de FLONA para Parque Estadual do Palmito, a Ampliação da ESEC Guaraguaçu, a Criação do Parque Estadual Cânion do Rio Poti, a criação das MONAS das Ilhas de Trindade e Martin Vaz e do Arquipélago de São Pedro e São Paulo e a Criação do REVIS Periquito Cara-Suja.

Em estudos sobre a criação de UCs é comum a utilização da relação de investimento aportado por hectare protegido, mas nesse estudo, tal relação foi desconsiderada pois os projetos apoiados não tinham como foco específico a criação das áreas e, portanto, o investimento não teve relação direta ao número de hectares protegidos. Ainda, a diferença de tamanho entre as UCs, tal como a MONA das Ilhas de Trindade e Martin Vaz e do Monte Columbia, poderia distorcer essa relação.

Importante ressaltar que os dados levantados para esse estudo foram exclusivos do Programa de Apoio a Ações de Conservação da Fundação Grupo Boticário, que representa apenas uma parte das ações executadas pela FGB como um todo.

5. DISCUSSÃO

A incorporação de uma estratégia que contemple Políticas Públicas no planejamento institucional ajuda a direcionar as ações e atividades na temática e, conseqüentemente, otimiza e alavanca os resultados da organização. Isso fica claro ao observar a maior expressividade nos resultados alcançados pela FGB no período do ME2, com desdobramento em 17 ações de PP na temática considerada para esse estudo (criação de 14 UCs, ampliação de PARNA e ESEC e recategorização de uma UC de Uso Sustentável para Proteção Integral), enquanto apenas um foi observado durante o ME1 (criação de uma UC).

Ao analisar as estratégias utilizadas em cada ME, notou-se que a Estratégia 1, representada pelo apoio à projetos de conservação por meio de editais semestrais, é recorrente nos dois períodos. Nos editais realizados durante o ME1, mesmo havendo linhas temáticas específicas com potencial de entrega de resultados em PPs ("Criação e Manejo de UCs" e "Políticas voltadas à Conservação de Ecossistemas Naturais"), não foram desenhados indicadores institucionais que medissem e considerassem tais esforços. Durante o ME2 as linhas temáticas dos editais também visavam auxiliar na consolidação de PPs ("Unidades de Conservação de Proteção Integral e RPPNs: Criação, ampliação e execução de atividades prioritárias de seus Planos de Manejo; e "Políticas Públicas: construção e implementação de mecanismos legais para fiscalização e proteção da biodiversidade, consolidação de áreas protegidas e parcerias para conservação"). Entretanto, por ter o tema de PPs presente na visão organizacional, indicadores de performance foram desenhados para medir e acompanhar a eficácia destes esforços, o que levou à estruturação de estratégias adicionais para o aumento de PPs consolidadas com influência direta e indireta da FGB.

Apesar da abrangência nacional de atuação, a localização geográfica da sede da FGB influencia os desdobramentos em PPs. A FGB está localizada em Curitiba, no sul do país, região predominantemente composta pela Mata Atlântica, bioma com a maior quantidade de resultados de criação e ampliação de UCs. Isso não foi diretamente decorrente da quantidade de projetos apoiados, mas possivelmente da maior proximidade com os órgãos públicos e tomadores de decisão da região. Como exemplo, é possível citar a criação do Parque Nacional de Guaricana (PR) e a tentativa de criação do Monumento Natural da Gruta da Tarimba (GO), ambas UCs com projetos apoiados e ofícios enviados aos órgãos competentes do poder público. A criação de

Guaricana, comparado à Gruta da Tarimba, se deu pelo maior contato com os representantes dos órgãos na região, pelas pesquisas nas áreas relacionadas e pela parceria com instituições que possuíam UCs em áreas vizinhas da proposta para a UC. Organizações da sociedade civil com intuito de ampliar a escala e capilaridade das ações, atuam para que os instrumentos de PPs ligados às suas agendas sejam inseridas ou pelo menos tenham espaço na agenda do poder público (AMORIM & BOULLOSA, 2013).

No Brasil, algumas organizações ambientais do terceiro setor têm forte atuação local e, ainda, em contato constante com órgãos do poder público, como por exemplo, a Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS) com substancial atuação no estado do Paraná e região do Lagamar paranaense (SPVS, 2018), a Fundação Neotrópica do Brasil (FNB) fundada em 1993 para apoiar a criação do PARNA da Serra da Bodoquena (MS) e traz o estímulo de políticas públicas em suas linhas de ação (NFB, 2012 livro nascente das águas). Também no MS, o Instituto Homem Pantaneiro (IHP) concentra suas ações na conservação do bioma Pantanal e cultura local (IHP, 2018). No bioma amazônico destaca-se a parceria entre WWF-Brasil e o Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ).

A importância da localização geográfica também pode ser observada nos dados de esfera das PPs, uma vez que, das oito PPs de esfera estadual, cinco delas foram na Mata Atlântica, destas, duas no Paraná, duas na Bahia e uma em Minas Gerais. Esse resultado foi devido à maior proximidade com os órgãos públicos estaduais das regiões das PPs, vezes através da FGB, vezes através das equipes dos projetos apoiados na região. Em um país com trâmites burocráticos e processos legislativos por vezes lento, esses dados também reforçam a importância do contato próximo com tomadores de decisão para o sucesso de atuação em políticas públicas (ROESLER, 2006).

Destacam-se na Mata Atlântica as seis criações de RPPNs no sul da Bahia, região de evidente necessidade de conservação sendo que no sul da Bahia são registrados os mais elevados níveis de diversidade e endemismo de plantas no bioma (THOMAS *et al.* 1998, 2003, AMORIM *et al.* 2008, SOUSA & WENDT, 2008), além do registro da ocorrência de várias espécies da fauna endêmica e ameaçada de extinção (MOURA, 2003). Alguns pesquisadores questionam a efetividade de tal categoria principalmente por se tratarem, na maioria das vezes, de áreas pequenas. Silva (2005) defende que UCs de pequenas dimensões, quando bem planejadas, podem gerar

maiores benefícios econômicos por hectare. Entretanto, por serem mais dispendiosas para manter, justifica-se a criação apenas em casos especiais relacionados à proteção de áreas de grande importância biológica ou cultural e que estejam sob forte pressão antrópica (MOURA, 2003). Das seis áreas criadas, três tiveram origem de articulação em um único projeto e outras duas concentradas em outro. Ambos projetos tinham como foco principal o aumento de áreas protegidas na região através do incentivo e auxílio à proprietários rurais não só na criação de RPPNs na região, mas também na implementação e possível sustentabilidade. A FGB exerceu um papel importante no incentivo à criação de RPPNs, sendo a categoria com maior desdobramento no período do estudo. Por ser de propriedade privada, muitas vezes não passa pelo processo burocrático da decisão do governo, o que facilita sua criação durante a vigência do projeto apoiado. Isso reforça a importância de editais bem direcionados, tal como a linha temática própria para criação e ampliação de UCs e RPPNs.

Em contraste ao tamanho das áreas das RPPNs, o tamanho da área do MONA é significativamente superior. A localização desta UC em área oceânica contribui para a sua expressiva área protegida pois, além do Brasil ter uma grande área de mar territorial, longe da costa há menor conflito e uso público quando comparado à região continental e costeira (RODRIGUES, 2009), sendo possível a criação de uma UC de proteção integral com tamanhas proporções.

A dispersão dos projetos em território nacional e distância dos tomadores de decisão pode ser compensada pela regionalização dos editais. Esta estratégia auxilia na concentração de mais projetos em determinadas regiões e otimiza o diálogo com os órgãos públicos. Das edições realizadas, a que apresentou resultados mais expressivos foi a de 2016, com foco nos biomas Caatinga e Cerrado. Dos 13 projetos apoiados, os três que propuseram a criação de UCs obtiveram êxito na criação, resultado bastante expressivo frente às realidades de conservação destes biomas. Iniciativas que focam em temas e regiões específicas são comuns a outras instituições que financiam projetos de conservação. Um exemplo é a Fundação SOS Mata Atlântica, que recentemente lançou uma chamada voltada à iniciativas de uso sustentável de recursos naturais em UCs costeiras e marinhas na Bahia, Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte (SOS MA², 2018), e também mantém desde 2010 uma chamada voltada para engajamento e presença da sociedade em áreas protegidas (SOS MA², 2018). As regras para a elegibilidade das instituições proponentes destes editais

seguem requisitos semelhantes às chamadas mantidas pela Fundação Grupo Boticário.

Apesar dos significativos resultados da regionalização de chamada voltada para a Caatinga e Cerrado em 2016, o que não se deu para a chamada de 2017 referente ao Pantanal e demais áreas úmidas brasileiras. Além da questão tempo, considerando todas as burocracias envolvidas na implantação de políticas públicas, cada bioma brasileiro apresenta desafios diferentes em aspectos relacionados diretamente com as pressões, antrópicas ou não, de cada região. O Pantanal, em particular, é um dos últimos lugares do mundo que abriga populações numerosas de espécies globalmente ameaçadas, como a arara-azul (*Anodorhynchus hyacinthinus*), a ariranha (*Pteronura brasiliensis*) e o cervo-do-pantanal (*Blastocerus dichotomus*) (HARRIS, 2006). Entretanto, apesar do conhecimento sobre a relevância do bioma e do seu entorno para a conservação da biodiversidade regional, há poucas áreas que garantem sua conservação. Motivos possíveis para a falta de áreas que garantam a integridade do bioma são o aumento crescente das áreas de cultivo (algodão, cana, milho e soja) (IBGE, 2018) e a expansão da atividade pecuária, resultando no aumento da área desmatada na planície do Pantanal (HARRIS, 2006). Tal situação revela o conflito de interesses dos atores presentes nessas áreas e explica a dificuldade de estabelecimento de UCs no bioma.

Além da regionalização de chamadas, outro método complementar aplicado pela FGB foi investir esforços na capacitação dos responsáveis pela execução dos projetos apoiados a partir de 2014, através da realização dos “Encontros de Responsáveis Técnicos”. Frente aos desdobramentos, é uma ferramenta que deve ser explorada para alavancar resultados em PPs, uma vez que, dos 18 desdobramentos de PPs, 12 tiveram algum vínculo com projetos apoiados a partir da criação dos encontros.

A importância da capacitação de responsáveis por projetos de conservação é reconhecida mundialmente por outras iniciativas, como por exemplo, o *Conservation Leadership Programme (CLP)*, uma parceria entre as instituições *BirdLife International*, *Fauna & Flora International* e *Wildlife Conservation Society* que desde 1985, identifica e engaja jovens conservacionistas investindo em seu desenvolvimento profissional (doações, treinamento e orientação), com a finalidade de multiplicar os impactos em conservação e ainda trazendo uma visão holística e inclusiva dos demais atores envolvidos direta e indiretamente (CLP, 2018). Portanto, além de uma introdução ao tema de PP, os encontros promovidos pela FGB poderiam abordar uma capacitação

mais profunda e robusta na temática de políticas públicas ambientais, bem como outras temáticas que potencializem os resultados de seus projetos, desde ferramentas simples de comunicação, sensibilização e marketing até ferramentas tecnológicas mais complexas como *Big Data* e *Machine learning*. Tais tecnologias facilitam a visualização e otimizam a gestão das informações e dados provenientes de projetos, possibilitando então uma maior integração com dados de outras instituições que utilizem estas tecnologias.

Uma das inspirações para a criação do Encontro de Responsáveis Técnicos, foi a proposta do Edital Bio&Clima Lagamar, realizado entre 2011 e 2012 com a finalidade de buscar na ciência o respaldo necessário para a elaboração de diretrizes de manejo e gestão de áreas naturais, considerando o impacto das mudanças climáticas na biodiversidade (FGB², 2015). Este edital teve também uma cooperação com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) em 2015 para estimular propostas na porção paulista do Lagamar. No total, 11 iniciativas receberam apoio financeiro. Os Responsáveis Técnicos destes projetos reuniram-se em oficinas para sintetizar o conhecimento produzido e direcioná-lo para desdobramentos em implementação de políticas públicas regionais – com foco na gestão das UCs do Lagamar, tanto no âmbito estadual (IAP e Instituto Florestal-SP) quanto federal (ICMbio). Estes encontros, somados ao Encontro de Responsáveis Técnicos a partir de 2015, constituem esforços da FGB para aproximar o conhecimento técnico sobre biodiversidade aos tomadores de decisão.

A importância do diálogo entre a academia e o poder público, e do papel da sociedade civil nessa ponte, ficam evidenciadas pelos resultados expressivos alcançados por meio da E3 e pelo baixo resultado da E2. Por mais que tenham sido entregues ofícios com solicitações e recomendações com linguagem apropriada ao entendimento de diversos atores, esses esforços isoladamente não foram suficientes para obter muitos resultados, mostrando que articulações mais robustas são necessárias ao se tratar de políticas públicas ambientais (BRITTO, 2012).

Historicamente, a sociedade civil organizada e o poder público compartilham um relacionamento de contestação e conflitos, mas o amadurecimento dessa relação gerou gradativamente mudanças resultantes no estabelecimento de parcerias e cooperação (TEIXEIRA, 2010). Ainda assim, esses resultados poderiam ser otimizados ao trabalhar numa estratégia mais consolidada de *advocacy*. *Advocacy* consiste em “um esforço sistemático de atores específicos que visam promover ou alcançar certos objetivos políticos” (OBAR, 2012), e mesmo apresentadas opiniões contrárias a sua

utilização (NIELSEN, 2001; MULVEY & LYDEARD, 2000), é uma ferramenta bastante utilizada por cientistas para articular questões inerentes às suas áreas de estudo (DESTEFANO, 2001; MACCARONE, 2009). Os autores que defendem a utilização de *advocacy*, chamam a atenção para a necessidade de estruturação dessa atuação, tendo em vista que o conhecimento científico é necessário para a tomada de decisão política, mas não precisa ser prejudicado ou alterado para isso (SCOTT ET AL, 2007; MACCARONE, 2009; DESTEFANO, 2001; NELSON & VUCETICH, 2009). No Brasil, é possível citar organizações da sociedade civil que utilizam essa ferramenta, como WWF, Greenpeace, SOS MA, e também destaca-se no tema a Rede Pró-UCs, uma ONG *advocacy*, tendo suas ações embasadas nos pilares de articulação, divulgação e mobilização (REDE PRÓ-UC, 2018). Vale um destaque para o Instituto Semeia, associação privada e sem fins lucrativos, fundada em 2009 na cidade de São Paulo, cuja missão é “transformar as áreas protegidas em motivo de orgulho para os brasileiros”. Para tanto, a instituição atua através da articulação entre os setores público e privado para o desenvolvimento e aplicações de modelos de gestão inovadores, com foco em parques, que visem a conservação, o uso público e a “sociodiversidade” no entorno das áreas protegidas (SEMEIA, 2014).

Modelos inovadores para essa ponte entre os diferentes setores que atuam em políticas públicas se fazem necessários e, neste sentido, seria muito importante termos ferramentas próprias que potencializem o diálogo. As redes colaborativas surgiram para tentar suprir tais necessidades, não só entre diferentes setores (TODEVA, 2006), mas também dentro de um mesmo setor entre grupos de pesquisa que, por vezes, trabalham isoladamente e com sobreposições de atuação. Pela perspectiva das teorias da estratégia, a configuração em rede tem-se apresentado como eficiente meio para alcançar os objetivos coletivos das organizações associadas (BALESTRIN *et al*, 2010).

Uma forma de estruturação em redes de atuação unindo diferentes atores são os Observatórios, que tem como característica o caráter mais incisivo no posicionamento e postura, como o Observatório do Clima, Observatório Justiça e Conservação, Observatório Costeiro, entre outros. As relações entre Estado e sociedade têm sofrido reconfigurações, marcadas pela passagem das posturas de confronto e antagonismo para uma lógica de colaboração e coprodução de bens públicos (AMORIM & BOULLOSA, 2013). Tantas organizações somando esforços para uma causa comum contrapõe a visão tradicional do Estado como detentor do monopólio das políticas públicas, que acaba a limitar o “público” ao estatal (AMORIM & BOULLOSA, 2013). Tal

visão perde espaço num cenário marcado pela complexidade e pluralidade de atores e interesses envolvidos nos processos de transformação social.

Outro exemplo de rede conservacionista brasileira, e que inclusive a FGB faz parte, é a Coalizão Pró-UCs, que consiste em uma coalizão de instituições que se propõem a unir empresas e organizações da sociedade civil comprometidas com a defesa e valorização das UCs, tendo com missão “garantir a manutenção e a criação das Unidades de Conservação da Natureza” (COALIZÃO PRÓ-UCS, 2018). Outras organizações que fazem parte da coalizão são: Conservação Internacional (com sede no Rio de Janeiro/RJ), Imaflores – Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Piracicaba/SP), Instituto Semeia (São Paulo/SP), Rede Pró-UCs (Curitiba/PR), Fundação SOS Mata Atlântica (São Paulo/SP) e WWF-Brasil (Brasília/DF).

A capacidade de colaboração e da estruturação em rede podem ser condições fundamentais para o êxito (BENKLER, 2006; SUROWIECKI, 2006). Exemplo disso é a criação do MONA Marinho das Ilhas de Trindade e Martim Vaz em que, além da realização da reunião promovida pela FGB para apresentação de resultados obtidos por projetos ao poder público, também houve uma grande mobilização da Coalizão Pró-UCs e de outras organizações para articulações e sucesso da ação. As ações em políticas públicas são demoradas e complexas e dificilmente são resultado dos esforços de uma instituição isoladamente. Os resultados de ações em PPs trazidos nesse estudo não foram alcançados por meio de esforço exclusivo da FGB. Algumas ações já se encontravam em andamento, em algumas delas também houve a interferência de demais instituições. Houve uma contribuição da FGB em abastecer o poder público com dados científicos que possam embasar sua tomada de decisão, bem como pressionar essa decisão.

Ao que diz respeito aos processos de aprendizagem em políticas públicas, sua trajetória recente é marcada pela ênfase em inovação (AMORIM & BOULLOSA, 2013). A utilização de ferramentas que envolvam o uso de tecnologia, por exemplo, proporcionam possibilidade de aumento de escala de atuação e, conseqüentemente, melhores resultados. Frente à rápida geração e armazenamento de dados decorrentes do dinâmico desenvolvimento tecnológico atual, a estruturação de bancos de dados concisos e confiáveis se fez possível e, a partir disso, o campo de inteligência de dados passou a crescer (MOLINARO, 2018). Essas ferramentas já são utilizadas por grandes empresas que utilizam dados de mídias sociais para a identificação de padrões de consumo e então direcionar suas estratégias de venda. Tais tecnologias podem ser usadas para causas sociais e ambientais. Exemplo disso é o movimento originado no

Canadá, *Data for good*, iniciativa da Social Good Fund, uma organização não governamental, sem fins lucrativos, que objetiva estimular grandes empresas, outras organizações e cientistas de dados na utilização de dados, dos mais diversos, para o bem da sociedade (DATA FOR GOOD, 2018).

A FGB e demais instituições correlatas devem considerar o uso de ferramentas inovadoras como os bancos de dados inteligentes para potencializar seus resultados em políticas públicas e conservação. Isso pode ser feito em parceria com iniciativas que já possuam experiência no tema, como a própria Social Good Fund. No caso específico da FGB, tais ferramentas auxiliariam a explorar melhor os dados de mais de 1500 projetos apoiados desde 1991, tornando o processo mais rápido e preciso e garantindo uma melhor relação entre pesquisa e poder público. Com a incorporação dessa tecnologia seria possível o desenvolvimento de projetos envolvendo a identificação de potenciais criações de UCs, cruzando banco de dados de projetos apoiados pela organização com as bases do MMA de áreas prioritárias para a conservação e até áreas que sofrem muitas pressões em seus entornos. Posteriormente, a metodologia poderia ser aplicada não só para potencializar a criação de áreas, mas também para uma melhor proteção e conservação de espécies ameaçadas de extinção com a integração com bancos de dados de espécies ameaçadas do MMA e da *International Union for Conservation of Nature*, Aliança brasileira para extinção zero, entre outros bancos de dados.

Por meio de sua atuação, a sociedade civil também auxilia no cumprimento dos acordos do governo, como os compromissos assumidos pelo Brasil junto à Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), e a Decisão X/2, da 10ª Conferência das Partes (COP-10) da CDB, que trata do Plano Estratégico de Biodiversidade 2011-2020 e das Metas de Aichi de Biodiversidade e a Resolução da Comissão Nacional para o Conhecimento e Uso da Biodiversidade (CONABIO) nº 06, de 2 de setembro de 2013, que dispõe sobre as Metas Nacionais de Biodiversidade 2011-2020 (UN", 2018). O Brasil também é um dos 193 países membros da Organização das Nações Unidas (ONU) a assinar a Agenda 2030, um plano global composto por 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODSs) e 169 metas para alcançar o desenvolvimento sustentável em todos os âmbitos até 2030 (OLIVEIRA & IRVING, 2011). Um exemplo da contribuição da sociedade civil nesse âmbito é trazido pelo ODS 14 (Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável). A ONU convidou todos os setores para que assumissem compromissos voluntários para alcançar as metas do ODS 14 (ONU¹,

2018), já são quase 1500 compromissos registrados, sendo 460 assumidos por ONGs e representantes da sociedade civil. No Brasil, além dos seis compromissos assumidos pelo governo, temos 16 assumidos pela sociedade civil, incluindo compromissos da própria FGB (ONU², 2018).

A sociedade civil tem um papel fundamental e deve seguir aprimorando sua atuação em políticas públicas para garantir a sua representatividade. Para tanto, é importante compreender a fundo os resultados decorrentes de cada estratégia adotada para o alcance de objetivos maiores. Dessa forma, o planejamento estratégico pode ser avaliado criticamente e aprimorado para otimizar os resultados – bem como incorporar novos modelos de atuação, como modelos inovadores construídos para “desburocratizar” e dinamizar processos internos institucionais e continuar a promover um círculo virtuoso de práticas e relacionamento entre governo, academia e terceiro setor.

A complexidade em atuar com políticas públicas é evidente em todas as suas frentes, a burocracia é tamanha que o tempo de tramitação de todos os processos envolvidos acaba sendo grande. Por mais difícil e complexo que seja este campo de atuação, o caminho pode ser um olhar atento, solícito e empático para com a sociedade, pois todos “lucram” com a conservação da natureza.

6. REFERÊNCIAS

AMORIM, A.M.; THOMAS, W.W.; CARVALHO, A.M.V. & JARDIM, J.G. 2008. Floristic of the Una Biological Reserve, Bahia, Brazil. In **The Atlantic Coastal Forests of Northeastern Brazil** (W.W. Thomas, ed.). Mem. New York Bot. Gard. 100:67-146.

AMORIM, S.; BOULLOSA, R. F. O estudo dos instrumentos de políticas públicas: uma agenda em aberto para experiências de migração de escala - DOI ([http://dx. doi. org/10.17800/2238-8893/aos. v2n1p59-69](http://dx.doi.org/10.17800/2238-8893/aos.v2n1p59-69)). **Amazônia, Organizações e Sustentabilidade**, v. 2, n. 1, p. 59-69, 2013.

ARNT, R. **Em busca da contrapartida social**. Cause, 2016.

AYALA, L. Empresas aliadas da natureza: as reservas particulares como estratégia ambiental corporativa. Iniciativa: **Programa de Incentivo às Reservas Particulares do Patrimônio Natural da Mata Atlântica** – Conservação Internacional, SOS Mata Atlântica e The Nature Conservancy - (Série RPPN Mata Atlântica) Brasília, 2010.

BALESTRIN, A.; VERSCHOORE, J. R.; REYES JUNIOR, E. O campo de estudo sobre redes de cooperação interorganizacional no Brasil. **RAC-Revista de Administração Contemporânea**, v. 14, n. 3, 2010.

BENKLER, Y. The wealth of networks: How social production transforms markets and freedom. **Yale University Press**, 2006.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Seção I.

BRITO, D. M. C. Áreas legalmente protegidas no Brasil: instrumento de gestão ambiental. **Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas**, n. 2, p. 37-57, 2012.

BRUM, M. R.; ASSIS, L. B.; COSTA, G. A. **Análise da relação entre a estrutura e a estratégia: estudo de casos em organizações do terceiro setor de Minas Gerais**. ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, v. 28, 2004.

COALIZÃO PRÓ UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (COALIZÃO PRÓ-UCS) 2018. Disponível em <<https://www.unidoscuidamos.com/o-que-e-a-coalizao-pro-ucs>>. Acesso: 07 nov. 2018.

CONSERVATION LEADERSHIP PROGRAMME (CLP). London, 2018. Disponível em: <<http://www.conservationleadershipprogramme.org/about-us/who-we-are/>> Acesso: 12 out. 2018.

DA SILVA, A. G. F. *et al.* A relação entre Estado e políticas públicas: uma análise teórica sobre o caso brasileiro. **Revista Debates**, v. 11, n. 1, p. 25-42, 2017.

DA SILVA NUNES MATTOS, S. M.; DRUMMOND, J. A. O terceiro setor como executor de políticas públicas: ONG'S ambientalistas Nabaía de Guanabara (1990-2001). **Revista de Sociologia e Política**, n. 24, 2005.

DATA FOR GOOD. Toronto, 2018 em <<https://dataforgood.ca/>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

DESTEFANO, S.; STEIDL, R. J. The professional biologist and advocacy: What role do we play?. **Human Dimensions of Wildlife**, v. 6, n. 1, p. 11-19, 2001.

FUNDAÇÃO GRUPO BOTICÁRIO DE PROTEÇÃO À NATUREZA (FGB). Book Estratégico 2019-2023. Curitiba, **Fundação Grupo Boticário**, 2018.

FUNDAÇÃO GRUPO BOTICÁRIO DE PROTEÇÃO À NATUREZA (FGB¹). Relatório Anual 2014. Curitiba, **Fundação Grupo Boticário**, 2015. Disponível em: <

<http://www.fundacaogrupoboticario.org.br/pt/quem-somos/pages/relatorio-anual.aspx>
>. Acesso: 02 de out. de 2018.

FUNDAÇÃO GRUPO BOTICÁRIO DE PROTEÇÃO À NATUREZA (FGB²). Adaptação à mudança do clima no lagamar. Curitiba, **Fundação Grupo Boticário**, 2015. Disponível em: <
http://www.fundacaogrupoboticario.org.br/_layouts/FundacaoWebpartLibrary/Download.aspx?file=L3B0L011ZGFuY2FDGltYXRpY2FBbmV4by8yMDE2MDQxNV92ZXJzYW9fZmluYWxfREISRVRSSVpFUy5wZGY=>. Acesso: 02 de nov. de 2018.

FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA (SOS MA¹). Relatório de atividades 2004. São Paulo: **SOS Mata Atlântica**, 2004 em: < <https://www.sosma.org.br/wp-content/uploads/2013/05/RA-2004.pdf> >. Acesso: 02 de out. de 2018.

FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA (SOS MA²). Edital 02/2018 CHAMADA DE PROJETOS PARA UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE USO SUSTENTÁVEL DO BIOMA DA MATA ATLÂNTICA NOS ESTADOS DA BAHIA, RIO GRANDE DO NORTE, CEARÁ E PIAUÍ. São Paulo, **SOS Mata Atlântica**, 2018. Disponível em: < https://www.sosma.org.br/wp-content/uploads/2018/09/EDITAL_PARCERIA-YPE.pdf>. Acesso: 5 out. 2018.

HARRIS, M. B. *et al.* Estimativa da perda de cobertura vegetal original na Bacia do Alto Paraguai e Pantanal brasileiro: ameaças e perspectivas. **Natureza & Conservação**, v. 4, n. 2, p. 50-66, 2006.

HERRERO, E. Balanced scorecard e a gestão estratégica. **Gulf Professional Publishing**, 2005.

HESS, G.R.; KOCH, F.H.; RUBINO, M.J.; ESCHELBACH, K.A.; DREW, C.A.; FAVREAU, J.M. Comparing the potential effectiveness of conservation planning approaches in central North Carolina, USA. **Biological Conservation**, 128: 358–368, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Rio de Janeiro, 2018. em: < <https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso: 20 out. 2018.

INSTITUTO SEMEIA (SEMEIA). São Paulo, 2014. **Unidades de Conservação no Brasil: A contribuição do uso público para o desenvolvimento socioeconômico.**

Disponível em:

<http://www.semeia.org.br/admuploads/uploads/download.php?doc=UC_no_BR_A_contribuicao_do_uso_publico.pdf&tp=10&id=58>

JAMES, A.; GASTON, K.; BALMFORD, A. Balancing the earth's accounts. **Nature**, 401 (6751): 323–324, 1999.

JENKINS, C.N.; JOPPA, L. Expansion of the Global Terrestrial Protected Area System. **Biological Conservation**, 142: 2166-2174, 2009.

NIELSEN, L. A. Science and advocacy are different-and we need to keep them that way. **Human Dimensions of Wildlife**, v. 6, n. 1, p. 39-47, 2001.

NORTON, D. P.; KAPLAN, R. S. **Mapas Estratégicos: Balanced Scorecard**. São Paulo: Campus, 2004.

LYNN, L. E. **Designing Public Policy: A Casebook on the Role of Policy Analysis**. Santa Monica, Calif.: Goodyear. 1980

MACCARONE, E. M. **The Moral Case for Scientists as Advocates for Environmental Policy**. Ohio, 2009.

MAGANHOTTO, R. F.; SANTOS, L. J. C.; NUCCI, J. C; LOHMANN, M.; SOUZA, L. C. De P. Unidades de Conservação: limitações e contribuições para a conservação da natureza. **Sustentabilidade em Debate**, v. 5, n. 3, p. 203-221, 2014.

MATTOS, S. M. S. N.; DRUMMOND, J. A. O terceiro setor como executor de políticas públicas: ONG´S ambientalistas Nabaía de Guanabara (1990-2001). **Revista de Sociologia e Política**, n. 24, 2005.

MITTERMEIER, R. A.; FONSECA, G. A. B.; RYLANDS, A. B.; BRANDON, K. Uma breve história da conservação da biodiversidade no Brasil. **Megadiversidade**. Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 14-21, 2005 a.

MMA. **O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza**. 2011. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/250/_publicacao/250_publicacao30082011035301.pdf>. Acesso em 01 ago. 2018.

MOLINARO, C. A.; LEAL, A. A. F. Big Data, Machine Learning e a preservação ambiental: instrumentos tecnológicos em defesa do meio ambiente. **Veredas do Direito: Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável**, v. 15, n. 31, p. 201-224, 2018.

MOURA, R. T. **Distribuição e ocorrência de mamíferos na Mata Atlântica do sul da Bahia**. 2003.

MULVEY, M.; LYDEARD, C. Let's not abandon science for advocacy: Reply to Berg and Berg. **Conservation Biology**, v. 14, n. 6, p. 1924-1925, 2000.

NELSON, M. P.; VUCETICH, J. A. On advocacy by environmental scientists: what, whether, why, and how. **Conservation Biology**, v. 23, n. 5, p. 1090-1101, 2009.

OBAR, J. A.; ZUBE, P.; LAMPE, C. Advocacy 2.0: An analysis of how advocacy groups in the United States perceive and use social media as tools for facilitating civic engagement and collective action. **Journal of information policy**, v. 2, p. 1-25, 2012.

OLIVEIRA, E.; IRVING, M. A. Convenção sobre Diversidade Biológica pós Nagoya: desafios para a mídia em um país de megadiversidade. **Razón y palabra**, v. 16, n. 75, 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU¹). Ocean Conference. Manhattan, **Organização das Nações Unidas**, 2018 em <<https://oceanconference.un.org/commitments/>>. Acesso: 22 nov. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU²). Ocean Conference Commitments. Manhattan, **Organização das Nações Unidas**, 2018 em <<https://oceanconference.un.org/commitments/?id=20832>>. Acesso: 22 nov. 2018.

REDE PRÓ-UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (REDE PRÓ-UC). Curitiba, 2018 em: < <https://www.facebook.com/pg/redeprouc/about/> >. Acesso: 17 de out. de 2018.

REZENDE, D. A. **Planejamento estratégico para organizações privadas e públicas**. Brasport, 2008.

RODRIGUES, C. G. de O. **O uso do público nos parques nacionais: a relação entre as esferas pública e privada na apropriação da biodiversidade**. 2009.

RODRIGUES, M. M. A. Políticas Públicas. São Paulo: **Publifolha**, 2010.

ROESLER, C. R. **A reforma do processo civil no Brasil e a crise do Poder Judiciário**. 2006.

SCOTT, J. M. *et al.* Policy advocacy in science: prevalence, perspectives, and implications for conservation biologists. **Conservation Biology**, v. 21, n. 1, p. 29-35, 2007.

SCOTT, J. M.; RACHLOW, J. L.; LACKEY, R. T. The science-policy interface: What is an appropriate role for professional societies. **AIBS Bulletin**, v. 58, n. 9, p. 865-869, 2008.

SILVA, M. **O Programa brasileiro de unidades de conservação. Megadiversidade**. (1) 1: 22- 26, 2005.

SILVA, J.M.C. da; RYLANDS, A.B.; FONSECA, G.A.B. da. O destino das áreas de endemismo da Amazônia. **Megadiversidade**. V. 1, nº 1, 2005.

SOCIEDADE DE PESQUISA EM VIDA SELVAGEM E EDUCAÇÃO AMBIENTAL (SPVS). Relatório Anual 2013. Curitiba, **Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental**, 2013. Disponível em: < <http://www.spvs.org.br/wp-content/uploads/downloads/2014/09/RelFINAL.pdf> >. Acesso: 02 de out. de 2018.

SOCIEDADE DE PESQUISA EM VIDA SELVAGEM E EDUCAÇÃO AMBIENTAL (SPVS). Curitiba, **Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação**

Ambiental, 2018. Disponível em: < <http://www.spvs.org.br/> >. Acesso: 02 de out. de 2018.

SOUSA, L.O.F. & WENDT, T. 2008. Taxonomy and conservation of the genus *Lymania* (Bromeliaceae) in the southern Bahian Atlantic Forest of Brazil. **Bot. J. Linn. Soc.** 157(1):47-66.

SOUZA, C. **Políticas Públicas: uma revisão de literatura**. Sociologias, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

SUROWIECKI, J. **A sabedoria das multidões**. Editora Record, 2006.

TEIXEIRA, R. F. Discutindo o terceiro setor sob o enfoque de concepções tradicionais e inovadoras de administração. **REGE Revista de Gestão**, v. 11, n. 1, 2010.

THOMAS, W.W., CARVALHO, A.M.V., AMORIM, A.M., GARRISON, J. & ARBELÁEZ, A.L. 1998. Plant endemism in two forests in southern Bahia, Brazil. **Biodivers. Conserv.** 7(3):311-322.

THOMAS, W.W., JARDIM, J.G., FIASCHI, P. & AMORIM, A.M. 2003. Lista preliminar das angiospermas localmente endêmicas do Sul da Bahia e Norte do Espírito Santo, Brasil. In Corredor de Biodiversidade da Mata Atlântica do sul da Bahia (P.I. Prado, E.C. Landau, R.T. Moura, L.P.S. Pinto, G.A.B. Fonseca & K. Alger, eds.). **IESB/CI/CABS/UFMG/UNICAMP**, Ilhéus/BA.

TODEVA, E. **Business networks: strategy and structure**. **Routledge**, 2006.

WELLS, S.; ADDISON, P. F.E.; BUENO, P. A.; COSTANTINI, M.; FONTAINE, A.; GERMAIN, L.; LEFEBVRE, T.; MORGAN, L.; STAUB, F.; WANG, B.; WHITE, A. & ZORRILLAWELLS, M. X. Using the IUCN Green List of Protected and Conserved Areas to promote conservation impact through marine protected areas. **Aquatic Conservation: Marine and Freshwater Ecosystems**, v. 26, p. 24-44, 2016.

WILKIE, D.S.; CARPENTER, J.F.; ZHANG, Q. The under-financing of protected areas in the Congo Basin: So many parks and so little willingness to pay. **Biodiversity and Conservation**, 10: 691–709, 2001.

WILSON, K.A.; CARWARDINE, J.; POSSINGHAM, H.P. Setting conservation priorities. **Annals of the New York Academy of Sciences**, 1162, 237–264, 2009.

WWF-BRASIL. Brasília, **World Wild Fund**, DF. Disponível em: <https://www.wwf.org.br/wwf_brasil/wwf_mundo/> Acesso em 07 de out. 2018.

7. ANEXOS

ANEXO I: DADOS LEVANTADOS A PARTIR DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DISPONIBILIZADOS PELA FUNDAÇÃO GRUPO BOTICÁRIO (2014-2018)

UC	Bioma	UF	Municípios	Esfera	Publicação	hectares	Projeto / iniciativa	R\$	Instituição Responsável	Estratégia FGB
Criação do Parque Nacional de Guaricana	Mata Atlântica	PR	Guaratuba, Morretes, São José dos Pinhais	Federal	Decreto de 13 de outubro de 2014	49.286,87	Apresentação à ministra em 2014: 0895_20111, 0542_20021	R\$52.257,43	Mater Natura	2
Criação da RPPN Oásis Araripe	Caatinga	CE	Crato	Federal	Portaria nº 32, de 26 de abril de 2016	50,00	1030_20151	R\$73.275,06	AQUASIS	1
Criação da RPPN Santa Ana II	Mata Atlântica	BA	Itacaré	Estadual	Portaria nº 12144, de 01 de agosto de 2016	9,97	1014_20141	R\$39.659,99	Instituto Ynamata	1
Criação da RPPN das Águas e das Matas	Mata Atlântica	BA	Taperoá	Federal	Portaria nº 544, de 24 de agosto de 2017	10,69	1036_20151	R\$42.360,01	Instituto Ynamata	1
Criação da RPPN das Nascentes	Mata Atlântica	BA	Taperoá	Federal	Portaria nº 545, de 24 de agosto de 2017	22,69	1036_20151	R\$42.360,01	Instituto Ynamata	1
Criação da RPPN Reserva Mato Grosso	Mata Atlântica	BA	Taperoá	Federal	Portaria nº 546, de 24 de agosto de 2017	37,08	1036_20151	R\$42.360,01	Instituto Ynamata	1
Criação do Parque Estadual Cânion do Rio Poti	Caatinga	PI	Buriti dos Montes	Estadual	Decreto nº 17.429, de 18 de outubro de 2017	24.772,00	0901_20111, PROG_0015_2015	R\$508.102,25	Fundação Arthur Bernardes - FUNARBE	2

Criação da RPPN Preguiça-de-coleira	Mata Atlântica	BA	Maraú e Itacaré	Estadual	Portaria nº 15711, de 5 de março de 2018	7,83	PROG_0018_2016	R\$401.946,93	Instituto Ynamata	1
Criação da RPPN Sitio da Lagoa	Caatinga	CE	Guaramiranga	Federal	Portaria nº 81, de 31 de janeiro de 2018	70,00	1073_20162	R\$96.462,00	Associação Caatinga	1
Criação da RPPN Contendas II	Mata Atlântica	BA	Piraí do Norte	Federal	Portaria nº 22, de 5 de janeiro de 2018	173,16	PROG_0018_2016	R\$401.946,93	Instituto Ynamata	1
Criação da RPPN Sossego do Muriqui	Mata Atlântica	MG	Simonésia	Estadual	Portaria IEF nº 63, de 13 de setembro de 2018	339,48	1091_20171	R\$16.204,00	Muriqui Instituto de Biodiversidade - MIB	1
Criação do Monumento Natural das Ilhas de Trindade e Martin Vaz e do Monte Columbia (ES)	Marinho	ES	Vitória	Federal	Decreto nº 9313, de 19 de março de 2018	6.915.536,11	Apresentação de resultados à PGR out/2017: 0578_20031, 0780_20081, 0938_20121	R\$78.222,89	Associação Amigos do Museu Nacional, Instituto de Estudos sobre a Biodiversidade Marinhada Zona Costeira Brasileira, Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Associação Ambiental Voz	3

									da Natureza, Coordenação administrativa do sul do Espírito Santo, UFPA	
Criação do Parque Estadual de Botumirim	Cerrado	MG	Botumirim e Bocaiúva	Estadual	Decreto nº 302, de 4 de julho de 2018	35.682,65	1075_20162	R\$92.573,85	SAVE Brasil	1
Criação do Refúgio de Vida Silvestre Periquito Cara-Suja	Caatinga	CE	Guaramiranga	Estadual	Decreto nº 32791, 17 de agosto de 2018	39,12	1077_20162 Apresentação à PGR em out/2016: 0723_20062, PROG_0002_2010	R\$540.706,28	AQUASIS	3
Ampliação do Parque Nacional Chapada dos Veadeiros	Cerrado	GO	Alto Paraíso de Goiás, Cavalcante, Nova Roma, Teresina de Goiás e São João d'Aliança	Federal	Decreto de 5 de junho de 2017	175.611,00	Apresentação à PGR em out/2016: 0737_20071, 0832_20091, 0963_20122	R\$123.691,07	Fundação Pró-Natureza FUNATURA, IBAMA/GO Parna da Chapada dos Veadeiros, RPPN Campo Alegre, PEQUI Pesquisa e Conservação do Cerrado, ICMBio	3
Ampliação da Estação Ecológica do Guaraguaçu	Mata Atlântica	PR	Paranaguá	Estadual	Decreto nº 7095 de 7 de junho de 2017	3.390,00	A0004_2012	R\$62.431,76	Sociedade Chauá	1
Recategorização da Floresta Nacional para Parque Estadual do Palmito	Mata Atlântica	PR	Paranaguá	Estadual	Decreto nº 7097 de 7 de junho de 2017	1.264,36	Apresentação ao poder público em 2015: BL0004_20112	R\$32.165,56	Instituto de Pesquisa Cananéia	3

ANEXO II: LISTA DE PROJETOS APOIADOS PELA FUNDAÇÃO GRUPO BOTICÁRIO NOS EDITAIS REGIONAIS DO SEGUNDO SEMESTRE DE 2014-2017

2014: Florestas com Araucária, Campos Sulinos e Pampa		
Título	Responsável Técnico	Instituição Responsável
Fenologia e reconstrução do crescimento de <i>Araucaria angustifolia</i> na RPPN Alto-Montana, APA da Mantiqueira	Ana Carolina Maioli Campos Barbosa	FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E CULTURAL - FUNDECC
PROCERVO: estratégias para a conservação do cervo-do-pantanal e de áreas úmidas no RS	Andreas Kindel	INSTITUTO CURICACA
Lobos do Pampa	Carlos Benhur Kasper	MAMÍFEROS - RS
Conservação de <i>Herbertia zebrina</i> (Tigridieae: Iridoideae: Iridaceae) uma espécie endêmica do Bioma Pampa, diversidade ecológica, polinização e genética da conservação	Cristiane Forgiarini Da Silva	FUNDAÇÃO DE APOIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Conservação de roedores subterrâneos: o caso da rara e endêmica espécie de tuco-tuco; <i>Ctenomys ibicuiensis</i> (Rodentia, Ctenomyidae)	Daniel Galiano	MAMÍFEROS - RS
Ecologia comparada de duas espécies de felídeos (<i>Leopardus geoffroyi</i> e <i>L. colocolo</i>), no Pampa brasileiro, com vistas à sua conservação.	Eduardo Eizirik	PONTIFÍCIA UNIV. CATÓLICA RIO GDE SUL/DEP. BIOLOGIA/P.PGI.B.
Subsídios à conservação da espécie rara do Pampa, <i>Petunia secreta</i> Stehmann & Semir.	Loreta Brandão De Freitas	FUNDAÇÃO DE APOIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Áreas prioritárias para conservação do bioma Pampa: o uso de abordagens espaciais na conservação de espécies da flora campestre em risco de extinção.	Ilsi Iob Boldrini	IGRE ASSOCIAÇÃO SÓCIO AMBIENTALISTA
Estudo da variabilidade genética e parentesco de papagaios-de-peito-roxo (<i>Amazona vinacea</i>) reintroduzidos no Parque Nacional das Araucárias: contribuição para a conservação da espécie e divulgação científica	Flávia Torres Presti	INSTITUTO ESPACO SILVESTRE
Status de conservação de peixes migradores do médio-alto Rio Uruguai a partir do recrutamento biológico populacional	Evoy Zaniboni Filho	FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA - FAPEU

Realizando ações do PAN papagaios, conservando duas espécies ameaçadas da Floresta com Araucárias	Nemora Pauletti Prestes	ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO MEIO AMBIENTE
Estrutura trófica aquática da estação ecológica do taim: influência do regime hidrológico revelada por meio de isótopos estáveis e análise de conteúdo estomacal de peixes.	Alexandre Miranda Garcia	KAOSA
Criação da Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Pró-Mata, Rio Grande do Sul, Brasil	Pedro Maria De Abreu Ferreira	PONTIFÍCIA UNIV. CATÓLICA RIO GDE SUL/DEP. BIOLOGIA/P.PGI.B.
Endemismo e dispersão de peixes nos Aparados da Serra: isolamento de hábitat e conectividade	Lucio Santos	ASSOCIAÇÃO ANTONIO VIEIRA - UNIV. DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
Peixes anuais dos Campos Sulinos	Matheus Vieira Volcan	INSTITUTO PRÓ-PAMPA (IPPAMPA)

2015: Ambientes Costeiros e Marinho

Título	Responsável Técnico	Instituição Responsável
Caracterização de ecossistemas recifais mesofóticos (30 e 90 m de profundidade) e identificação da sua biota associada: subsídios para a criação de unidades de conservação na costa da Paraíba	Bráulio Almeida Santos	CENTRO DE PESQUISAS AMBIENTAIS DO NORDESTE - CEPAN
O status taxonômico de <i>Ischnocnema manezinho</i> , uma espécie endêmica e ameaçada da ilha de Florianópolis.	Iberê Farina Machado	ASSOCIAÇÃO INSTITUTO BOITATÁ DE ETNOBIOLOGIA E CONSERVAÇÃO DA FAUNA
Conservação do Preá endêmico de Moleques do Sul (<i>Cavia intermedia</i>), um dos mamíferos mais raros do planeta: Genômica, carga parasitária e riscos de extinção	Sandro Luis Bonatto	GRUPO DE ESTUDOS DE MAMÍFEROS AQUÁTICOS DO RIO GRANDE DO SUL
Desenvolvimento e difusão de tecnologia inovadora aplicada ao monitoramento satelital e conservação dos peixes-bois marinhos (<i>Trichechus manatus</i>) no Brasil	João Carlos Gomes Borges	FUNDAÇÃO MAMÍFEROS AQUÁTICOS
Conservação do tubarão lixa, <i>ginglymostoma cirratum</i> , na costa da paraiba	Ricardo De Souza Rosa	CENTRO DE PESQUISAS AMBIENTAIS DO NORDESTE - CEPAN

Conservação das últimas dunas costeiras e de espécies ameaçadas dependentes, no Litoral Norte do Rio Grande do Sul	Alexandre José Diehl Krob	INSTITUTO CURICACA
Análise integrada e participativa da efetividade do Plano de Manejo da Reserva Biológica Marinha do Arvoredo	Eduardo Hermes Silva	CAIPORA COOPERATIVA PARA CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS
Diversidade genética e conectividade das populações de algas marinhas ao longo da costa brasileira-Uma avaliação entre ambientes sob diferentes graus de urbanização.	Paulo Antunes Horta Junior	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO RIO VERMELHO
Identificação das áreas ecológicas vulnerável para as aves marinhas de Fernando de Noronha	Maria Grazia Pennino	ONG OCEÂNICA – PESQUISA, EDUCAÇÃO E CONSERVAÇÃO
Proteção das Tartarugas Marinhas na Região da Foz do Rio Doce	Ana Cláudia Jorge Marcondes	FUNDAÇÃO CENTRO BRASILEIRO DE PROTEÇÃO E PESQUISA DAS TARTARUGAS MARINHAS
Identificação e diversidade genética de espécies de tubarões (elasmobranchii, chondrichthyes) da costa do Maranhão: subsídios para o PAN tubarões	Ligia Tchaicka	CASA DA NATUREZA E DE PROTECAO DA VIDA - ECOBIO
Recifes profundos do Arquipélago de Fernando de Noronha: mapeamento, conectividade e proteção	Mirella Borba Santos Ferreira Costa	INSTITUTO RECIFES COSTEIROS
Espônjas Calcáreas do Brasil: Biodiversidade, Endemismo e Conservação	Fernanda Correia Azevedo	FUNDAÇÃO EDUCACIONAL CIÊNCIA E DESENVOLVIMENTO
2016: Caatinga e Cerrado		
Título	Responsável Técnico	Instituição Responsável
RPPN: conservação voluntária gerando serviços ambientais	Samuel Victor Da Silva Portela	ASSOCIAÇÃO CAATINGA
UC - Parque Natural Municipal Balneário Atalaia	Alba Orli De Oliveira Cordeiro	REDE DE SEMENTES DO CERRADO
Pesquisa e Conservação da rolinha-do-planalto (<i>Columbina cyanopsis</i>), uma ave criticamente ameaçada de extinção.	Albert Gallon De Aguiar	SOC. PARA A CONSERVAÇÃO DAS AVES DO BRASIL - SAVE BRASIL

Ferramentas genéticas para a conservação do pacamã (<i>Lophiosilurus alexandri</i> Steindachner, 1876): uma espécie endêmica e vulnerável do rio São Francisco	Maria Raquel Moura Coimbra	FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL
Aves da Serra de Baturité: um alerta para a conservação da biodiversidade Cearense	Fabio De Paiva Nunes	ASSOCIAÇÃO DE PESQUISA E PRESERVAÇÃO DE ECOSSISTEMAS AQUÁTICOS - AQUASIS
Avaliação de restauração de cerrado por semeadura direta no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros	Isabel Belloni Schmidt	PEQUI - PESQUISA E CONSERVAÇÃO DO CERRADO
Monitoramento populacional e prevenção ao tráfico da arara-azul-de-lea (<i>Anodorhynchus leari</i>), espécie endêmica do Sertão baiano em perigo de extinção.	Camila Emiliane Mendes De Sá	FUNDAÇÃO BIODIVERSITAS PARA A CONSERVAÇÃO DA DIVERSIDADE BIOLÓGICA
Consolidação e conservação da RPPN Fazenda Almas/PB mediante implementação do seu Plano de Manejo.	Frans Germain Corneel Pareyn	ASSOCIAÇÃO PLANTAS DO NORDESTE - APNE
Mudanças climáticas, modelos de nicho e a conservação das espécies de Anuros ameaçadas e deficiente de dados do Cerrado	Alessandro Ribeiro De Moraes	FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA - FUNAPE
Conservação do Faveiro-de-wilson (<i>Dimorphandra wilsonii</i>) - executando ações do Plano de Ação Nacional (PAN).	Fernando Moreira Fernandes	SOCIEDADE DE AMIGOS DA FUNDAÇÃO ZOO-BOTÂNICA DE BELO HORIZONTE - SAFZB
Avaliação da população e movimentação do ganso-corredor <i>Neochen jubata</i> e aves com reprodução colonial nas praias do Parque Nacional do Araguaia e entorno	Paulo De Tarso Zuquim Antas	FUNDAÇÃO PRÓ-NATUREZA - FUNATURA
Candombá e sempre-viva: plantas chave para o manejo do Parque Nacional da Chapada Diamantina	Abel Augusto Conceição	FUNDAÇÃO CHAPADA DIAMANTINA
Marcadores genéticos como subsídio para reintrodução de <i>Sporophila maximiliani</i> na Região de Cerrado no estado de Goiás	Luiz Alfredo Martins Lopes Baptista	ASSOCIAÇÃO INSTITUTO BOITATÁ DE ETNOBIOLOGIA E CONSERVAÇÃO DA FAUNA
2017: Áreas úmidas e Pantanal		
Título	Responsável Técnico	Instituição Responsável
Rede de Proteção e Conservação da Serra do Amolar: monitoramento ambiental como ferramenta para conservação	Leticia Larcher De Carvalho	INSTITUTO HOMEM PANTANEIRO - IHP - CORUMBÁ (MS)

Proteção jurídica e conservação das Áreas Úmidas de Mato Grosso: aprimoramento das decisões judiciais pelo uso de técnicas de valoração do dano ambiental.	Rafael Vieira Nunes	INSTITUTO CENTRO DE VIDA - ICV
Restauração da população de bicudos no Pantanal: integrando a boa ciência e a conservação <i>ex situ</i>	Flávio Kulaif Ubaid	INSTITUTO ARIRAMBA DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA
Veado-galheiro (<i>Odocoileus virginianus</i>) nas Campinaranas Amazônicas: dinâmica de ocupação e abundância de uma espécie deficiente de dados no contexto da expansão do Parque Nacional do Viruá, Roraima	Andreas Kindel	INSTITUTO CURICACA
Gestão das perturbações à avifauna em Sítio Ramsar e ordenamento do turismo de observação de aves no Parque Nacional da Lagoa do Peixe com organização e inserção da comunidade local	Alexandre José Diehl Krob	INSTITUTO CURICACA
Abundância e tendências da população de cervos do P.N. da Ilha Grande, Paraná, Brasil.	Walfrido Moraes Tomas	FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO PANTANAL - PANTANAL COM CIÊNCIA
Estimativa populacional e conservação do criticamente ameaçado <i>Ortalis remota</i>	Carlos Otávio Araujo Gussoni	SOC. PARA A CONSERVAÇÃO DAS AVES DO BRASIL - SAVE BRASIL
Genômica da conservação da ariranha (<i>Pteronura brasiliensis</i>): avaliação da conectividade entre populações remanescentes nos biomas Amazônia, Cerrado e Pantanal com ênfase em ações do Plano de Ação Nacional	Eduardo Eizirik	INSTITUTO PARA A CONSERVAÇÃO DOS CARNÍVOROS PRO CARNIVOROS
Revigoração populacional do bicudinho-do-brejo (<i>Formicivora acutirostris</i>)	Marcos Ricardo Bornschein	MATER NATURA - INSTITUTO DE ESTUDOS AMBIENTAIS
Estrutura e saúde dos recifes no Arquipélago de Fernando de Noronha: subsídios às ações de conservação marinha	Mirella Borba Santos Ferreira Costa	INSTITUTO RECIFES COSTEIROS
Biologia reprodutiva e forrageamento das aves marinhas de Abrolhos	Márcio Amorim Efe	FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO DE EXTENSÃO E PESQUISA – FUNDEPES

ANEXO III: OFÍCIO ENVIADO PELA FUNDAÇÃO GRUPO BOTICÁRIO EM PARCEIRA COM O INSTITUTO DE ESTUDOS AMBIENTAIS MATER NATURA REFERENTE À CRIAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DE GUARICANA (PR).



Of. Nº 064-14 Fundação
Curitiba, 28 de julho de 2014.

À Exma. Senhora
Izabella Mônica Vieira Teixeira
Ministra de Estado do Meio Ambiente

**Ref.: Criação do Parque Nacional de Guaricana - São José dos Pinhais,
Guaratuba e Morretes (PR)**

Excelentíssima Ministra,

1. A Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza apoiou, entre 2011 e 2014, a execução do projeto "Riqueza, ecologia molecular e conservação de *Melanophryniscus* (Amphibia: Anura: Bufonidae) da Floresta Atlântica do Sul do Brasil", executado pelo Dr. Márcio Roberto Pie, do Mater Natura Instituto de Estudos Ambientais. O gênero *Melanophryniscus* abriga espécies de anuros que costumam reproduzir-se em ambientes muito particulares, dentro de bromélias ou locais úmidos em campos de altitude, geralmente isolados por florestas nebulares. Essas espécies possuem alto grau de endemismo (quando suas áreas de ocorrência são muito restritas a um determinado local). O projeto consistiu em investigar a ocorrência de espécies desse gênero em áreas de florestas de altitude na Serra do Mar, especialmente nos estados do Paraná e Santa Catarina. Uma das localidades identificadas foi a Serra da Igreja (PR), área incluída na proposta de criação do Parque Nacional de Guaricana.

2. Para as espécies de anuros endêmicas de áreas alto-montanas, estratégias de conservação que incluem planos de conservação e criação/ampliação de unidades de conservação são essenciais. A necessidade de medidas conservacionistas é imprescindível e urgente para garantir a sobrevivência das espécies no futuro. Por meio de ações práticas para a conservação dessas espécies, também se garantirá a proteção das comunidades e ecossistemas dos quais fazem parte.

3. Neste sentido, em 2001, a Fundação Grupo Boticário também apoiou o estudo intitulado "A floresta ombrófila densa altomontana e os refúgios vegetacionais altomontanos no Paraná", executado por Gilberto Tiepolo da Sociedade Fritz Muller de Ciências Naturais. Entre os resultados foram identificadas 155 espécies vegetais na Serra da Igreja, número expressivo que reforça que essa é uma das regiões com

maior riqueza entre as áreas alto-montanas estudadas até então no Paraná, corroborando com a importância biológica contida nos limites do Parna Guaricana.

4. A proposta de delimitação do Parque Nacional compõe aproximadamente 45 mil hectares na Serra do Mar paranaense entre as rodovias BR-277 e BR-376, em parte dos municípios de São José dos Pinhais, Guaratuba e Morretes. O limite proposto localiza-se próximo ao Parque Nacional Saint-Hillaire/Lange e permitirá a proteção efetiva de uma importante área contínua de remanescentes florestais da Mata Atlântica – bioma mais ameaçado do país com apenas menos de 10% de sua cobertura original preservada. A área da proposta também inclui uma região de Ecótono Vegetacional entre a Floresta Ombrófila Mista (Floresta com Araucárias) e Floresta Ombrófila Densa (Floresta Densa Atlântica), ambas associadas ao Bioma da Mata Atlântica, com ocorrências de refúgios vegetacionais e campos de altitude.

5. O polígono proposto para o Parque Nacional de Guaricana abrange, ainda, área considerada como de Importância Biológica Extremamente Alta para a Conservação de acordo com o Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira (MMA/SBF), reconhecido pelo Decreto Federal 5.092/2004 e pela Portaria do Ministério do Meio Ambiente (MMA) 09/2007.

6. A Fundação Grupo Boticário apoiou esses projetos, bem como outras iniciativas relacionadas às unidades de conservação brasileiras, por acreditar que a criação e implementação dessas áreas são estratégias imprescindíveis para salvaguardar o patrimônio natural do nosso país. Elas possibilitam ainda ações que trazem desenvolvimento regional por meio de turismo ecológico, pesquisas científicas e educação ambiental – dependendo da categoria da unidade. Além disso, fornecem serviços ambientais fundamentais às populações do entorno.

7. **Gostaríamos, portanto, que o Ministério do Meio Ambiente empreenda os esforços necessários para a criação imediata do Parque Nacional de Guaricana.** Adicionalmente solicitamos que recursos sejam destinados para a gestão e proteção do Parque, incluindo alocação de pessoal e elaboração do Plano de Manejo. Aproveitamos para informar que estamos em contato com a Frente Parlamentar Ambientalista do Congresso Nacional para realizar um evento público de apresentação dos resultados destes e outros projetos correlatos apoiados pela Fundação Grupo Boticário na mesma região. Para tanto, gostaríamos de contar com o apoio do MMA e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), especialmente por meio do encaminhamento das demandas citadas neste ofício.

8. Esperamos que nosso pleito seja considerado e nos colocamos à disposição para informações e contribuições adicionais.

Cordialmente,

Maria de Lourdes Nunes
Diretora Executiva
Fundação Grupo Boticário de Proteção à
Natureza

Paulo A. Pizzi
Presidente
Mater Natura Instituto de Estudos
Ambientais

Cc:

Sérgio Henrique Collaço de Carvalho
Diretor do Departamento de Áreas Protegidas
Ministério do Meio Ambiente

Sérgio Brant Rocha
Diretor de Criação e Manejo de Unidades de Conservação
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

Sarney Filho
Deputado Federal
Coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista